



*OCESC, meio século representando
as cooperativas de Santa Catarina*



1ª edição

Florianópolis
2021



OCESC 50 ANOS

PRESIDENTE

Luiz Vicente Suzin

SUPERVISÃO

Superintendência da OCEC

COLABORAÇÃO E REVISÃO

Assessoria de Comunicação Interna OCEC

EQUIPE TÉCNICA:



Rodrigo Coutinho – DIREÇÃO EXECUTIVA

Maurício Oliveira – EDIÇÃO E TEXTOS

João Henrique Moço – DIREÇÃO DE ARTE E PROJETO GRÁFICO

Leandro Gauterio – PESQUISAS

Daise Ribeiro Carpes – REVISÃO DE TEXTOS

Fotos – SHUTTERSTOCK PP. 15 E 65

DEMAIS IMAGENS: ACERVO OCEC E DIVULGAÇÃO.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

O48o Oliveira, Maurício

OCESC 50 ANOS / Maurício Oliveira ; organizado por Rodrigo Coutinho. - Florianópolis, SC : Expressão, 2021.
96 p. : il. ; 21cm x 29,7cm.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-87095-05-9

1. Cooperativas. 2. Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCEC. I. Coutinho, Rodrigo. II. Título.

2021-3134

CDD 334.098164
CDU 334(816.4)

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Cooperativas : Brasil : Santa Catarina 334.098164
2. Cooperativas : Brasil : Santa Catarina 334(816.4)



S U M Á R I O

- 4** Apresentação
- 6** Galeria de presidentes
- 8** Linha do tempo

CAPÍTULO 1
As origens do cooperativismo

12



CAPÍTULO 3
Nasce a OCESC

30



CAPÍTULO 5
Um novo tempo

52



CAPÍTULO 7
Um mundo em transformação

74



CAPÍTULO 2
O cooperativismo chega a Santa Catarina

20



CAPÍTULO 4
O sistema consolidado

40



CAPÍTULO 6
Desafios do novo milênio

62



88 Cooperativas registradas na OCESC

OCESC, meio século de conquistas



Este livro marca os 50 anos da nossa OCESC, celebrados em 28 de agosto de 2021. Ela surgiu como sucessora da Ascoop, primeiro órgão representativo do setor cooperativista catarinense. É uma história contada em detalhes nesta obra – que, além de registrar a evolução da OCESC, contextualiza a longa e profunda ligação de Santa Catarina com o cooperativismo.

Não poderíamos deixar de reconhecer o pioneirismo de figuras como Benoit Jules de Mure, que em 1842 criou uma colônia de produção e consumo no território que hoje pertence a São Francisco do Sul, e o padre jesuíta Theodor Amstad, patrono oficial do cooperativismo brasileiro, responsável por fundar a primeira cooperativa de crédito rural em Santa Catarina, na atual cidade de Itapiranga.

É uma honra, para mim, estar à frente da OCESC no momento em que a instituição completa meio século de existência. Aproveito este momento para agradecer o trabalho dos meus antecessores, com a certeza de que cada um deles deixou sua marca na história do cooperativismo catarinense. A galeria de presidentes que você encontra nas próximas páginas é uma reprodução da galeria física instalada na sede da OCESC como homenagem aos líderes que contribuíram tão fortemente para a construção dessa trajetória que nos orgulha tanto.

Temos, hoje, 249 cooperativas registradas, distribuídas pelos sete ramos do cooperativismo (a lista completa você encontra no final deste livro). Essas cooperativas nasceram em 93 municípios de Santa Catarina, espalhados por todas as regiões do estado, reflexo da diversidade da economia catarinense, do nosso empreendedorismo e da nossa capacidade de organização.

O momento certamente é de celebração, de olhar para trás e reconhecer todas as nossas conquistas, mas é também de olhar para a frente e vislumbrar um futuro repleto de oportunidades. Trabalharemos juntos para que o cooperativismo continue crescendo em Santa Catarina. É um prazer seguir nessa caminhada ao lado de tantas companheiras e tantos companheiros que compartilham nossas crenças e reforçam, dia após dia, a nossa esperança em sermos capazes de construir uma sociedade cada vez mais justa e produtiva.



Luiz Vicente Suzin
Presidente da OCESC

GALERIA DE PRESIDENTES



Irineu Manke

1971-1973



Ivo Vanderlinde

1973-1979



Vilibaldo Erich Schmidt

1990-1993



José Norberto Kretzer

1993-1996



Neivor Canton

2004-2008



Marcos Antonio Zordan

2008-2016



Alberto Osório de Oliveira Moraes

1979-1984



Harry Dorow

1984-1990



Aury Luiz Bodanese

1996-2000



Luiz Hilton Temp

2000-2004



Luiz Vicente Suzin

2016-

Suzin chegou à presidência da OCESC com experiência como presidente da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina (Fecoagro), da Cooperativa Agropecuária Videirense (Coopervil) e da unidade do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) de Videira.

LINHA DO TEMPO

O imigrante francês Benoit Jules de Mure tenta criar no norte de Santa Catarina, onde hoje se encontra o município de São Francisco do Sul, uma colônia de produção e consumo baseada nas ideias de Fourier, socialista francês que hoje é reconhecido como um dos pais do cooperativismo.

Surge a primeira cooperativa de consumo do Brasil, fundada em Campinas (SP) pelos empregados da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.



Fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, na cidade inglesa de Manchester, considerada a primeira organização a reunir todas as características de uma cooperativa, incluindo a igualdade plena entre os participantes.

Em Santa Catarina, a pequena colônia de Rio dos Cedros, no Vale do Itajaí, registra a constituição da Società Cooperativa del Tabaco, fundada por colonos italianos com o objetivo de produzir e exportar fumo para a Europa.

O padre jesuíta Theodor Amstad, hoje oficialmente reconhecido como patrono do cooperativismo brasileiro, funda em Nova Petrópolis (RS) a primeira cooperativa de crédito brasileira, inspirado no sistema cooperativo europeu.



1902

Já no final da vida, o padre Amstad funda a primeira cooperativa de crédito rural em Santa Catarina, na pequena colônia de Porto Novo (hoje, cidade de Itapiranga).



1932

A criação de uma cooperativa de consumo pelos empregados da Indústria Têxtil Companhia Hering, em Blumenau, simboliza a expansão desse modelo para além da zona rural.



1944

Fundação da Associação das Cooperativas de Santa Catarina (Ascoop), em Blumenau, primeiro órgão representativo do setor cooperativista catarinense.



1964

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) surge a partir da fusão das duas instituições nacionais que representavam o cooperativismo – a Associação Brasileira de Cooperativas (Abcoop) e a União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco).



1969

LINHA DO TEMPO

Edição pelo Governo Federal da Lei nº 5.764, definindo a política nacional de cooperativismo e instituindo o regime jurídico das cooperativas. Em Santa Catarina, a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) é criada em 28 de agosto, em substituição à antiga Ascoop.

O cooperativismo brasileiro passa a ser acompanhado pelo governo federal por meio de um único órgão diretamente ligado ao Ministério da Agricultura, a Secretaria Nacional do Cooperativismo.

A OCECSC obtém investidora sindical, ao ser inscrita na condição de sindicato patronal no Ministério do Trabalho. Com isso, passou a representar as cooperativas nas negociações coletivas e individuais e no desenvolvimento de atividades que visam a aprimorar a relação capital-trabalho nos diferentes ramos do cooperativismo.



1971



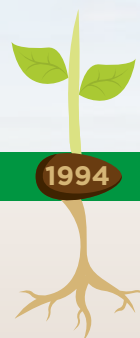
1975



1984



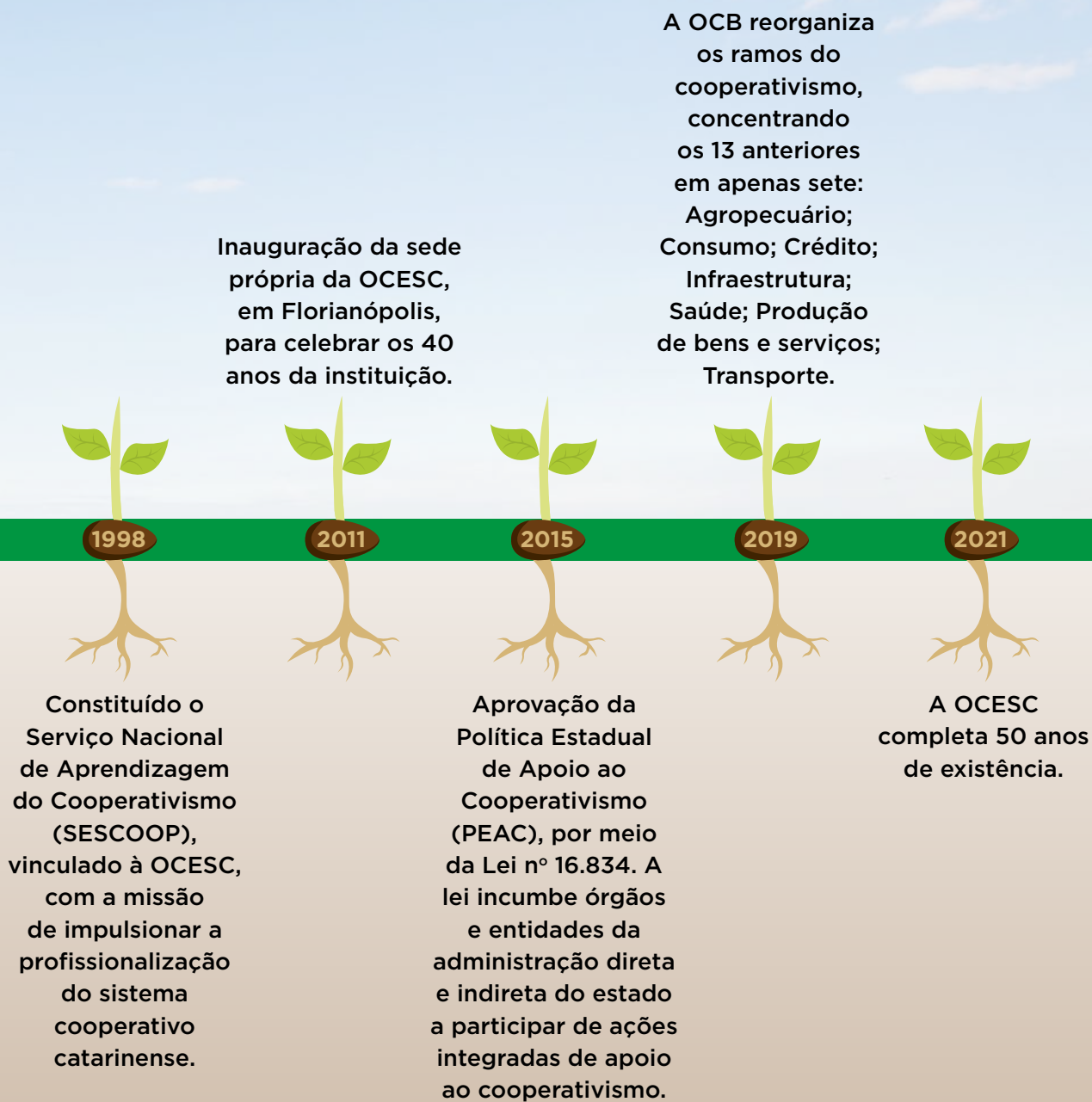
1988



1994

Inauguração da primeira sede própria da OCECSC.

A nova Constituição brasileira é promulgada com várias conquistas para o movimento, incluindo o fim definitivo da tutela estatal e a concessão às cooperativas de crédito dos mesmos requisitos de criação e funcionamento aplicados às instituições financeiras.

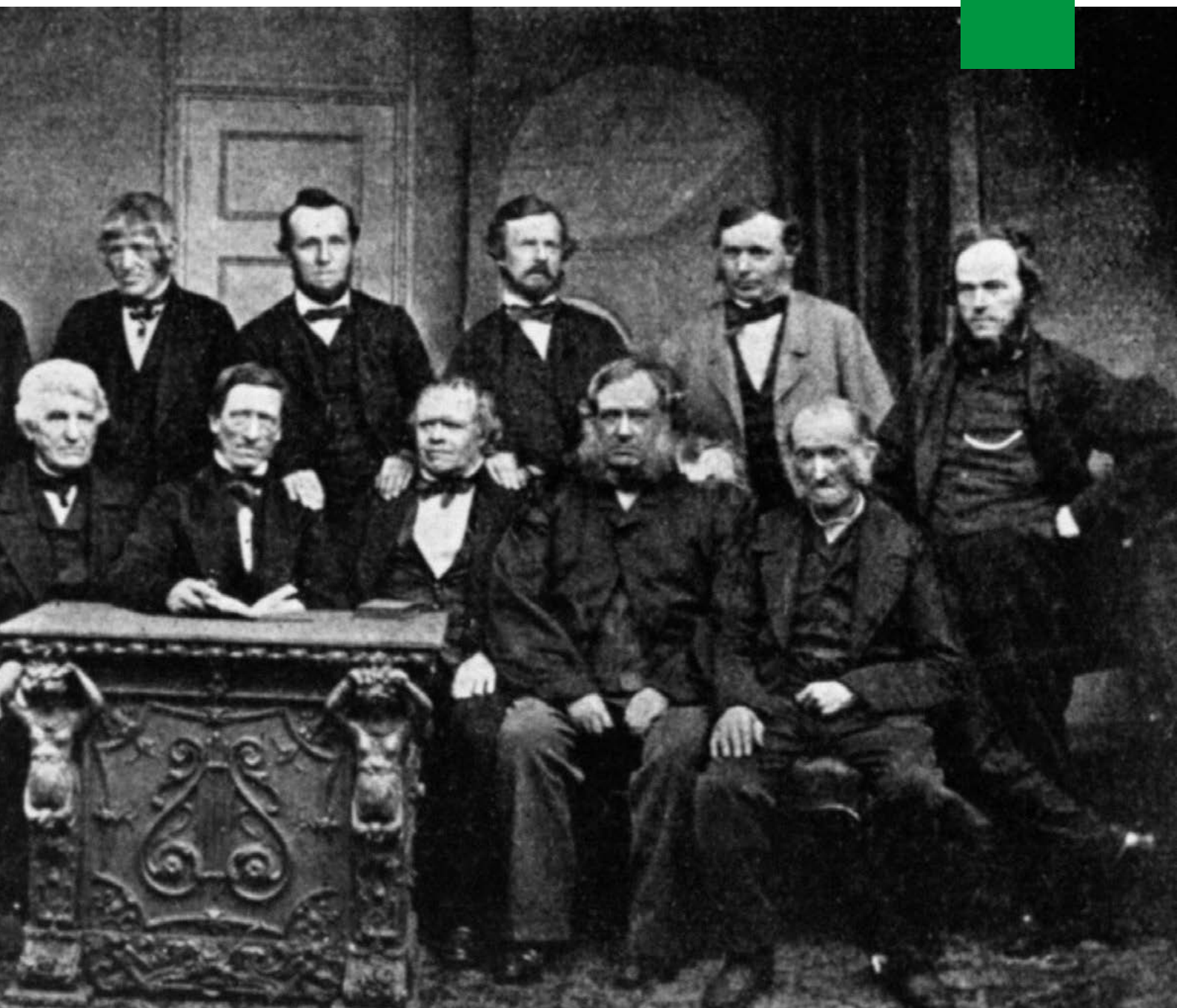


As origens do cooperativismo

Proporcionar uma divisão mais justa dos resultados do trabalho, melhorar as condições de vida das famílias e impulsionar o crescimento econômico das cidades e dos países. Esse é o tripé sobre o qual as primeiras cooperativas foram organizadas, há quase 200 anos, e que continua inspirando a adoção da doutrina ao redor do planeta.



*Fundadores da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale,
a primeira cooperativa, criada na Inglaterra em 1844*



O cooperativismo aflorou em um período de intensas transformações sociais e econômicas, causadas principalmente pela Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no final do século 18 e logo disseminada para todo o continente europeu. Uma das consequências desse processo foi a aceleração do êxodo rural. Atraídos pela perspectiva de encontrar postos de trabalho mais qualificados e bem remunerados, agricultores deixavam suas terras para viver nas grandes cidades.

O que ocorreu, entretanto, foi o contrário: as condições de vida da classe operária tornaram-se deploráveis. Os trabalhadores que chegavam às cidades passaram a habitar cortiços, ambientes que favoreciam a proliferação de doenças. Apesar das jornadas extenuantes, que chegavam a 80 horas semanais, os operários recebiam salários insuficientes para assegurar a sobrevivência digna da família. Mulheres e crianças também trabalhavam, com remuneração ainda menor, para complementar a renda.

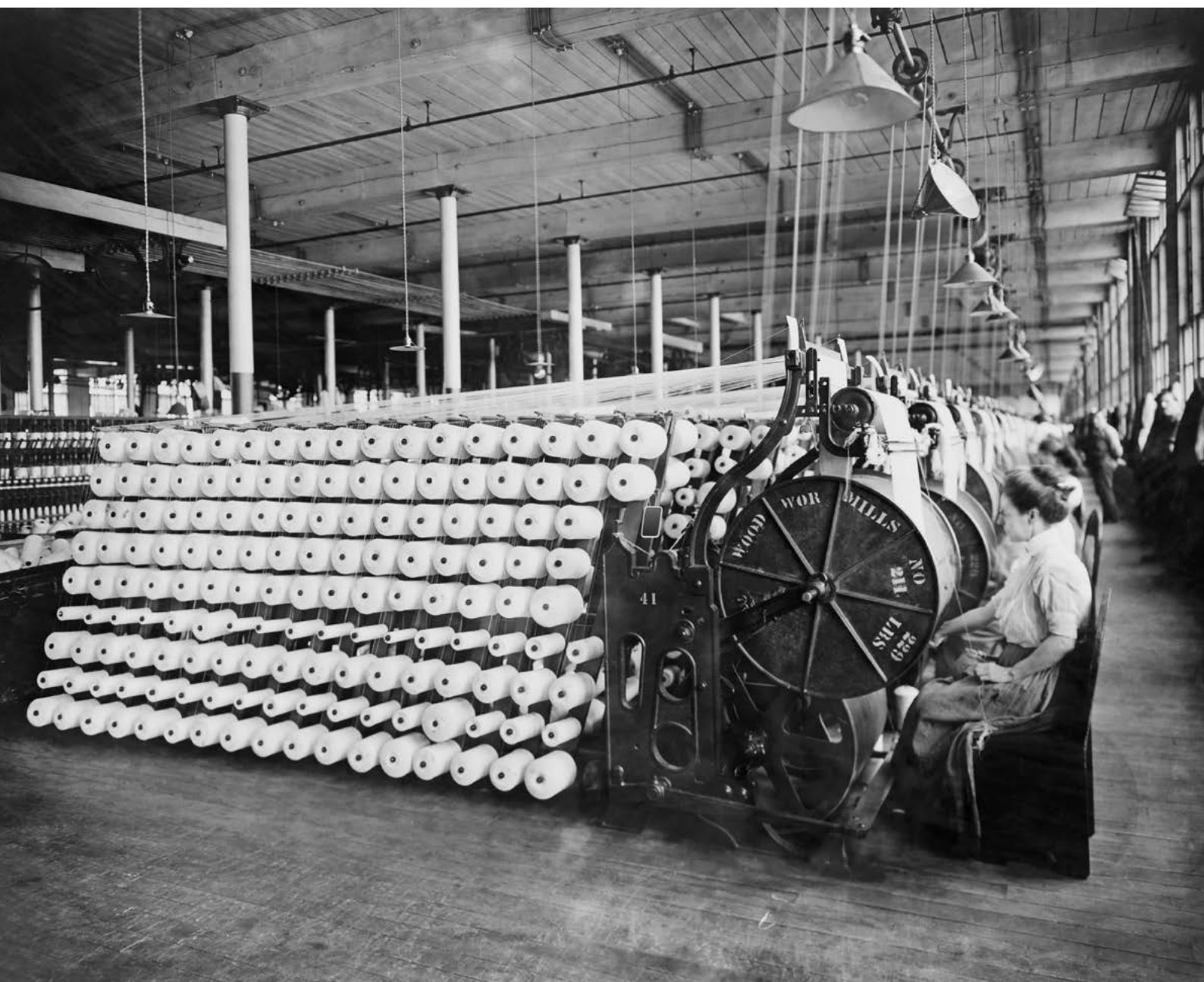
Uma das principais diferenças entre a vida no campo e a atividade industrial era a proximidade física entre os trabalhadores. Nas indústrias, todos ficavam lado a lado, convivendo sob os mesmos galpões. Assim, compartilhavam a indignação com as condições que enfrentavam. Foi em decorrência dessa troca de informações que começaram a ser organizados os primeiros protestos coletivos por melhores condições de trabalho.

As tentativas de impor reivindicações a quem tinha a propriedade do negócio eram quase sempre malsucedidas, pois tratava-se de uma relação extremamente desigual. Diante dessa constatação, alguns operários passaram a pensar na hipótese de se tornarem, eles próprios, proprietários dos negócios, em vez de empregados explorados. Como não seria possível fazer isso individualmente, já que o capital necessário era alto, o único caminho possível seria a união. Estava lançada a semente do cooperativismo.

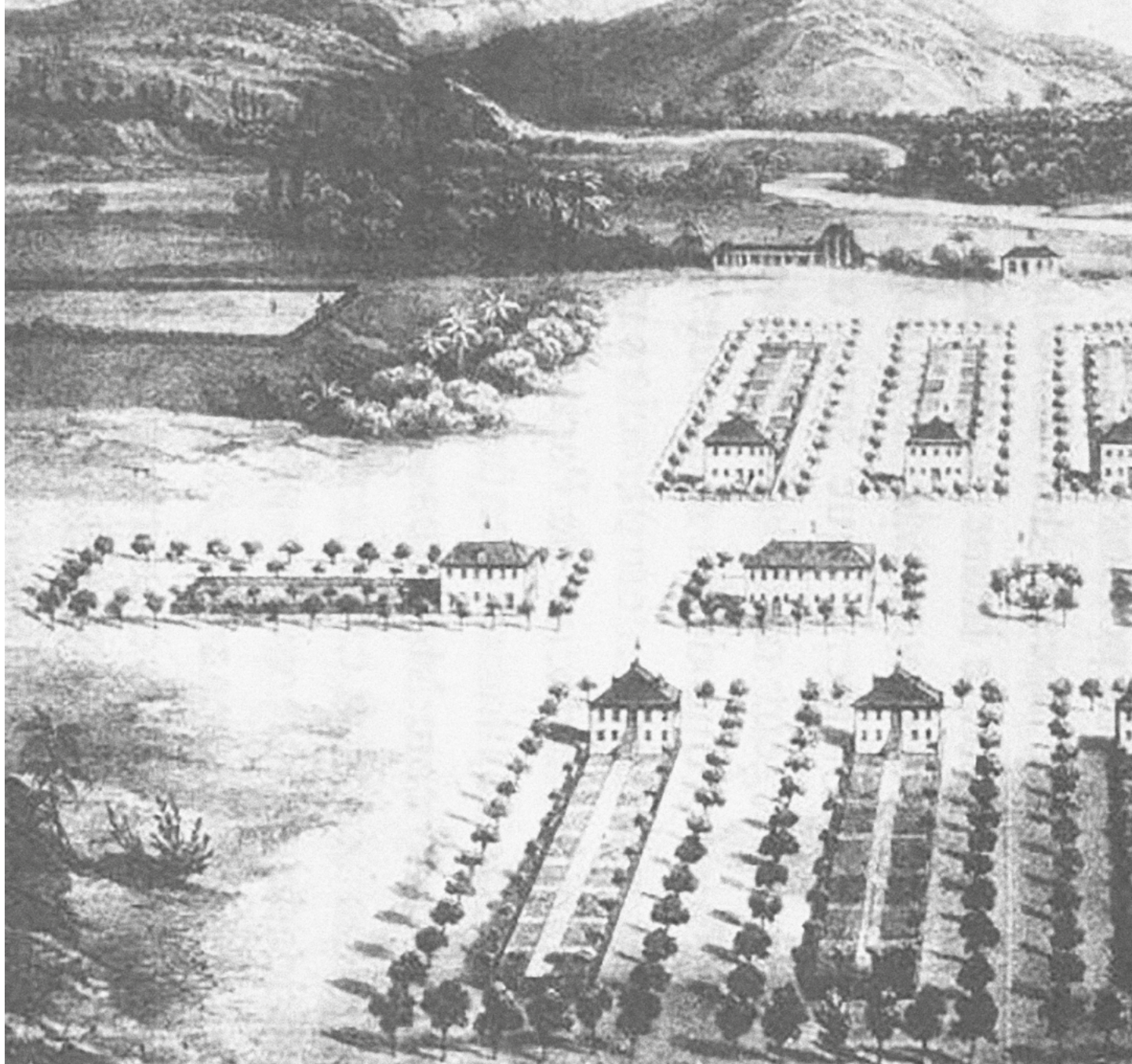
Surgem os pioneiros

A primeira organização a reunir todas as características de uma instituição do gênero – incluindo a igualdade plena entre os participantes – foi a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Surgida na cidade inglesa de Manchester, em dezembro de 1844, a Sociedade foi fundada por 28 tecelões, que se uniram para vender os produtos que fabricavam – e, também, para adquirir coletivamente alimentos e remédios para suas famílias.

O grupo estabeleceu os Princípios de Rochdale, conjunto de orientações que se tornou a base do cooperativismo: qualquer inte-



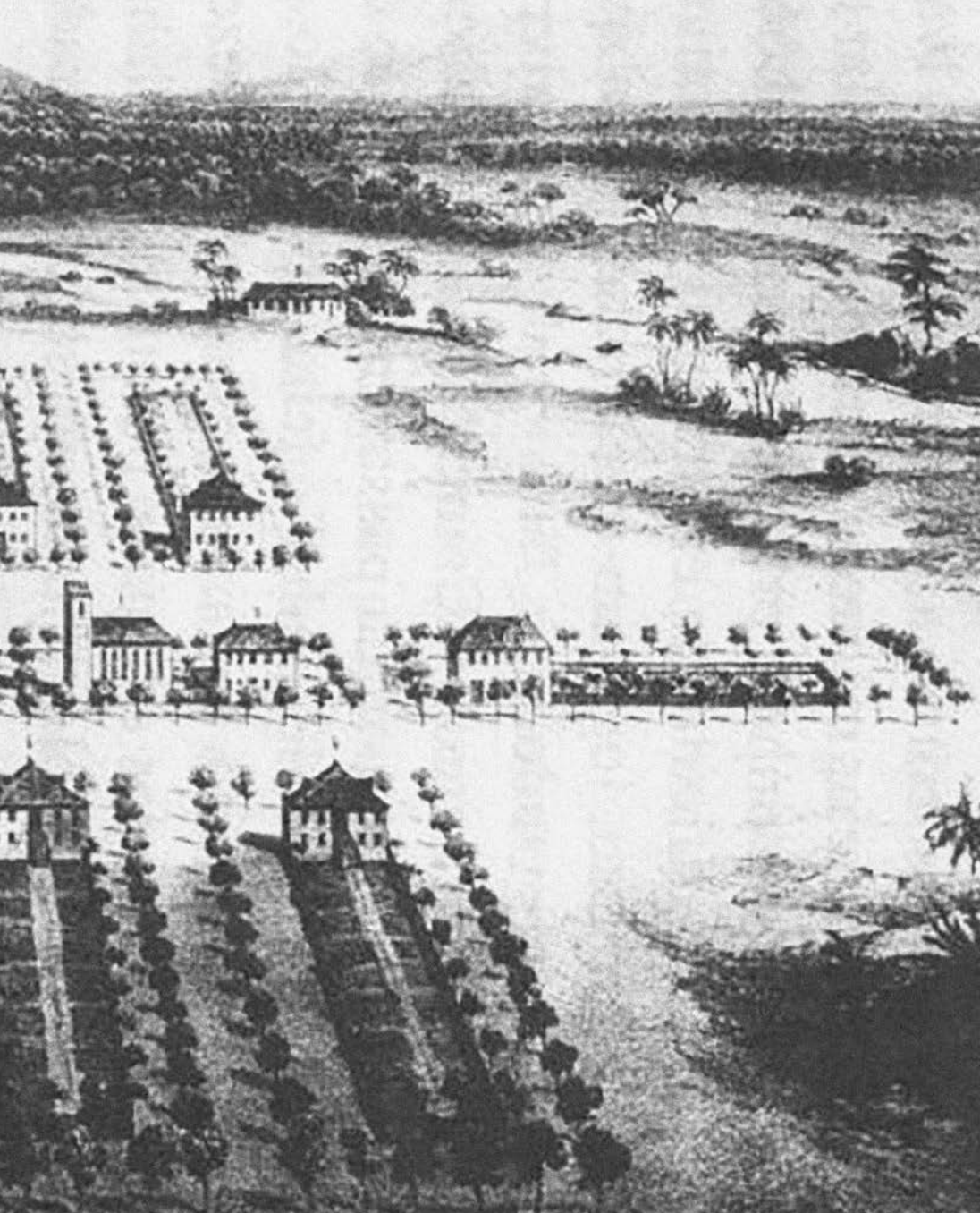
Revolução industrial, iniciada no século 18, atraiu trabalhadores do campo para as cidades



ressado poderia participar ao contribuir com uma cota mínima, cada sócio teria direito a um voto (mesmo que tivesse contribuído com mais cotas), o excedente de receita seria distribuído entre os sócios proporcionalmente à participação de cada um, e a sociedade seria neutra política e religiosamente.

A organização tinha também o objetivo de ampliar o alcance dessa nova forma de ver o mundo, a partir da criação de estabelecimentos industriais e agrícolas voltados à produção de bens indispensáveis à classe trabalhadora. Nesses locais, os alimentos seriam vendidos a preços mais baixos e os postos de trabalho estariam reservados a cooperados desempregados ou mal remunerados.

Com essas e outras medidas, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale representou uma reação viável e pacífica às dificuldades que



*Colônia Thereza
Christina: projeto
que resistiu por
11 anos no Paraná*

os trabalhadores enfrentavam naquele período. Os resultados logo começaram a aparecer e a chamar a atenção de novos participantes. Uma década após a fundação, já eram 3,4 mil associados. Esse sucesso foi o estopim para que o novo modelo se espalhasse pela Europa e, depois, para outros continentes. Em 1881, já existiam no mundo cerca de mil cooperativas, nas mais diversas áreas, que reuniam aproximadamente 550 mil associados.

No Brasil, a primeira organização com características reconhecidas de cooperativa foi a Colônia Thereza Christina, criada ainda em maio de 1847, quase na mesma época dos Probos Pioneiros de Rochdale, por iniciativa do médico francês Jean Maurice Faivre. Ele se instalou com 80 famílias de imigrantes, quase todas francesas, numa região próxima ao Rio Ivaí, na atual cidade de Cândido de Abreu (PR), com a propos-

L'AVENIR.

Perspective d'un Phalanstère ou Palais Sociétaire dédié à l'humanité.



Os falanstérios planejados por Fourier eram grandes casas onde pessoas viveriam em comunidade, compartilhando a terra e outros meios de produção

ta de criar uma experiência semelhante ao socialismo que vinha sendo discutido na Europa.

O médico planejou um sistema econômico e social baseado na solidariedade comunitária, o que exigia dos integrantes o completo desapego de bens materiais. Apesar das ideias revolucionárias, Faivre não era filiado a qualquer doutrina socialista da época. Ao contrário, relacionava-se bem com o poder instituído – tanto que, por ser amigo de D. Pedro II e da Imperatriz Thereza Christina, optou por homenageá-la ao escolher o nome da colônia.

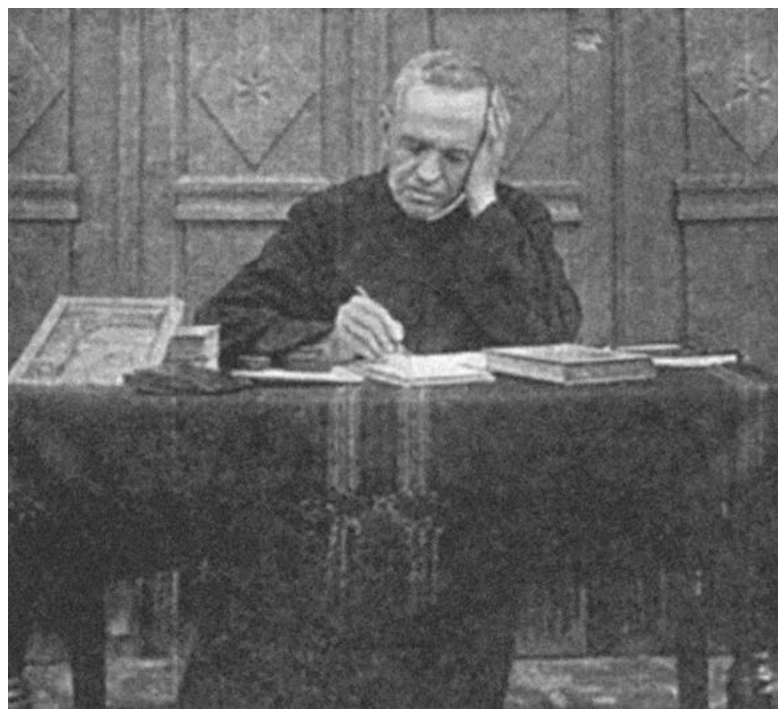
Há quem atribua o pioneirismo a uma iniciativa catarinense, no entanto. Em 1842, o imigrante francês Benoit Jules de Mure tentou criar no norte do estado, onde hoje se encontra o município de São Francisco do Sul, uma colônia de produção e consumo baseada nas ideias de Fourier, socialista francês que hoje é considerado um dos pais do cooperativismo. Centenas de pessoas compartilhavam as habitações, chamadas de falanstérios, e dividiam as tarefas de produção agrícola.

Algumas décadas depois, surgiram no Brasil as chamadas “cooperativas de consumo”, voltadas a produtos básicos para as famílias dos associados. A primeira, criada em 1887, foi a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, sediada em Campinas (SP). Dois anos depois, moradores de Ouro Preto (MG) uniram-se para criar a chamada Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais. Em 1892, em Camaragibe (PE), um grupo de trabalhadores fundou a Cooperativa de Consumo dos Operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe.

O cooperativismo de crédito complementaria as ações das instituições ligadas às atividades agrícolas. Em 1902, a cidade gaúcha de Nova

Petrópolis tornou-se sede da primeira cooperativa de crédito brasileira: a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad. A ideia foi trazida pelo padre jesuíta Theodor Amstad, que viu no sistema cooperativo europeu um modelo para desenvolver pequenas comunidades rurais formadas por imigrantes alemães no interior do Rio Grande do Sul.

Com a chegada em massa de imigrantes alemães e italianos ao Brasil, o movimento cooperativista tomou forma e se espalhou por diferentes regiões do país. Diante dos enormes desafios que a nova terra guardava, as comunidades de origem europeia optaram pela soma de esforços para enfrentar problemas de consumo, crédito e produção. Assim, iniciaram processos rudimentares de organização comunitária, inspirados no que ocorria em seus países de origem.



Padre jesuíta Theodor Amstad difundiu os princípios cooperativistas no Brasil

O COOPERATIVISMO

O PINHEIRO

Imortalidade, perseverança e fecundidade.

VERDE ESCURO

Plantas e folhas. O princípio vital da natureza.

AMARELO

O sol, fonte de luz e riqueza.

DOIS PINHEIROS

Necessidade de união e cooperação.

FORMA CIRCULAR

Eternidade da vida, não tem começo nem fim.



O cooperativismo chega a Santa Catarina

O estado de Santa Catarina tinha características que o tornavam especialmente propício ao surgimento de cooperativas: população distribuída de forma regular pelo território, sem grandes metrópoles e com predominância de pequenas propriedades. Esse cenário contribuiu para tornar o cooperativismo um importante aliado para o desenvolvimento econômico e social das diferentes regiões catarinenses. Não por acaso, a doutrina criaria raízes profundas e marcantes no estado, passando a fazer parte da sua cultura.



Palmitos na década de 1930: município abrigou a primeira cooperativa agrícola de Santa Catarina, fundada em 1933





*Prédio que abrigou a
Società Cooperativa
del Tabaco, em
Rio dos Cedros,
uma das primeiras
cooperativas
criadas no país*

A pequena colônia de Rio dos Cedros, no Vale do Itajaí, registrou a constituição, em 1889, da Società Cooperativa del Tabaco. Fundada por colonos italianos, a cooperativa tinha por objetivo produzir e exportar fumo para a Europa. Registros históricos também contam que, igualmente no Vale do Itajaí, o município de Ascurra sediou uma cooperativa agrícola fundada em 1904. No ano de 1909, a ideia chegou ao sul do estado com a criação da Cooperprima, na localidade de Rio Maior, município de Urussanga.

Outras iniciativas sucederam-se no estado, como as sociedades cooperativas de crédito rural, conhecidas como “caixas populares”. Uma pequena colônia do extremo oeste de Santa Catarina, à época chamada Porto Novo (atual município de Itapiranga), foi o primeiro lugar do estado a receber uma organização desse tipo, em 1932. Formada por imigrantes alemães que haviam deixado a região de São Leopoldo (RS), a colônia abrigava famílias que tinham um sonho em comum: a melhoria das condições de vida.

Rural sob tão promettidos auspícios, pois, aí ao ser fundada já podia a novel Gaúcha contar com vultoso depósito por parte dos agricultores de Porto Novo.

Em seguida foi encerrada a sessão com tais estrepitosos votos a sua prosperidade. Da mesma, eu, José Werlang, secretario ad-hoc, redigi e mandei lavrar a presente acta, que assigno com todos os socios fundadores presentes.

Itapiranga, 21 de Outubro de 1932

Assignados.	José Werlang +	Albino Schoffen +
	Carlos F. Rohde	Pedro Roger +
	José Moysio Franzen	Henrique Gering +
✓	Albino Ruschel	Ignacio Chr. Abildvors
✓	José Nicolão Franzen	Seppelt. Valentin Wohlfahrt
	Antonio Alimann +	Moysio Dallinghaus +
	Pedro Eick sobrinho +	Felippe Goergen +
✓	Adão Eick	Edmundo Kussler
	José Flach +	Germano José Rabuske
	João Barth. Frantz +	Sebastião Teillier
	Walter João Weiss	José Luiz Weschenfelder
✓	Egon Berger	Arthur Gork
	Julio Friedrich +	Maximilian Endler +
✓	Willibaldo Hülp	Willy Schoeler
✓	Nicolão Roger	Alfredo Schweingber
	Ernst Wözel	João Leopoldo Vogt
✓	João Hummer	Simon Rinaldo Schöfer
✓	José Schoeler	José Lottermann
✓	Alfredo Wahl	Mathias Kunz
✓	Guilherme Black	Jacob Weiss
	Germano J. Moesch. +	

A Directoria abaixo firmada, dá fe, ser este o teor exacto da acta lavrada no competente livro e verem os nomes acima os dos socios fundadores que participaram da referida Assembleia Geral constando as suas assignaturas

Ata de fundação da primeira cooperativa de crédito do estado, fundada em 1932 na localidade de Porto Novo (abaixo), atual Itapiranga





A cultura do cooperativismo chegou a Porto Novo por meio do padre jesuíta Theodor Amstad, aquele mesmo que havia sido responsável por fundar, em Nova Petrópolis (RS), a primeira cooperativa de crédito das Américas. Tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina, as cooperativas implantadas pelo padre Amstad eram inspiradas no modelo desenvolvido por Friedrich Wilhelm Raiffeisen na Alemanha, que já contava com cooperativismo de crédito desde 1864.

A Sociedade Cooperativa de Crédito Rural e Responsabilidade Ilimitada “Caixa Rural União Popular de Porto Novo” tinha como associados agricultores, comerciantes, artesãos e prestadores de serviços. No ano seguinte, 1933, o cooperativismo ganhou força na região

*Primeiro armazém
da Cooperativa
Mista de Palmitos,
construído em
1935, onde hoje
está a matriz
da Cooper A1,
sua sucessora*

Statuten

der „Sociedade Cooperativa Palmitos” Limitada

1. Kapitel

Name, Sitz, Dauer und Form der Cooperativa.

Artikel 1. — Unter der Bezeichnung «Sociedade Cooperativa de Palmitos Ltda.» wird von den Gründungs- und später aufgenommenen Mitgliedern eine Ein- und Verkaufsgenossenschaft mit beschränkter Haftpflicht gegründet, in Übereinstimmung mit dem Dekret 22.239 vom 19. Dezember 1932. Die Cooperativa richtet sich nach den gültigen Gesetzen.

Artikel 2. — Der Sitz der Cooperativa ist Palmitos, ihr Gerichtsstand und ihr Wirkungsbereich der 10. Distrikt des Municipals Chapaco.

Artikel 3. — Die Dauer der Cooperativa ist auf 30 Jahre gerechnet vom Tage der Eintragung der gegenwärtigen Statuten im «Cartorio do Registro das pessoas jurídicas».

Artikel 4. — Das Geschäftsjahr fällt mit dem Kalenderjahr zusammen.

2. Kapitel

Zweck und Tätigkeit der Cooperativa

Artikel 5. — Der Hauptzweck der Cooperativa besteht darin, auf dem direktesten Wege den Verkauf sämtlicher Kolonialprodukte ihrer Mitglieder zu vermitteln und durch Einkauf auf direktem Wege für diese alle Gebrauchsgegenstände zu erwerben.

Artikel 6. — In Ausübung ihres Wirkungsprogramms stellt sie sich folgende Aufgaben:

- a) Eröffnung eines Armazéns für Lagerung und Verkauf der Kolonialprodukte ihrer Mitglieder;
- b) Auswahl, Klassifizierung und Verpackung der Produkte.
- c) Verkauf aller Kolonial- und Industrieerzeugnisse, die ihr

— 15 —

konfiguriert werden, zu den bestmöglichen Bedingungen des Marktes;

d) ihre Mitglieder über die Marktpreise und Bedingungen auf dem laufenden zu halten;

e) Die Produktion zu vergrößern, zu verbessern und zu entwickeln, zu welchem Zweck sie alle Mittel, die dieses erstreben, zur Anwendung bringt;

f) Direkten Einkauf für die Mitglieder von:

1. landwirtschaftlichen Maschinen und Handwerkszeug;
2. ausgewählten Samen und Pflanzen, Düngungsmitteln, Schädlingsbekämpfungsmitteln und anderen Gegenständen, die dem Ackerbau nützlich sind;
3. Verbrauchsgegenständen im allgemeinen und sämtliche Waren zur Belieferung der Kolonie.

3. Kapitel

Dem Kapital der Cooperativa.

Artikel 7. — Das Kapital der Cooperativa ist unbeschränkt und unbegrenzt nach oben und wechselt gemäß der Zahl der Teilhaber und der gezeichneten Anteilscheine, doch darf es nicht geringer als 3.000\$000 (drei Contos de Reis) sein.

Artikel 8. — Das Genossenschaftskapital ist eingeteilt in Anteile im Nennwert von 50\$000 (fünfzig Milreis).

Artikel 9. — Die durch die Mitglieder gezeichneten Anteile können nicht an der Börse gehandelt werden, noch können sie an der Cooperativa fernstehende Personen übertragen werden, selbst nicht im Todesfall. Ihr Wert kann nur unter Genehmigung der Generalversammlung an andere Mitglieder übertragen werden.

Artikel 10. — Jedes angeschlossene Mitglied kann eine beliebige Anzahl von Anteilscheinen erwerben bis zur Höchstgrenze von 1.000\$000 (ein Conto de Reis).

Artikel 11. — Ein Anteilschein darf nicht mehr als einem Mitglied gehören, deshalb gibt es auch keine Teilscheine.

Artikel 12. — Die Anteile werden dargestellt durch «Títulos Nominativos» und zwar für jedes Mitglied nur einen

oeste do estado, com a criação da Sociedade Cooperativa Mista de Palmitos, a mais antiga cooperativa agropecuária catarinense em funcionamento até hoje, com o nome Cooper A1.

As décadas de 1940 e 1950 testemunharam uma forte expansão nos ramos de atuação das cooperativas, para além da zona rural. Exemplo disso ocorreu em 1944, em Blumenau. Um grupo de operários da Indústria Têxtil Companhia Hering, a maioria tecelões (como os pioneiros de Rochdale), decidiu criar uma cooperativa de consumo de empregados, com a finalidade de distribuir gêneros alimentícios aos cooperados. Era uma forma de enfrentar a falta de concorrência no mercado, causa dos preços elevados que comprometiam o orçamento das famílias.

As primeiras cadernetas de associados da cooperativa de Palmitos traziam impresso o estatuto em português e alemão



Cooperativismo no governo militar

Em 1964, as cooperativas passaram a ser alvo da atenção do governo militar. Os militares recebiam tentativas de insurgência entre os associados dessas organizações, considerando-se os ideais socialistas que faziam parte das origens da doutrina. Várias ações começaram a ser realizadas para aumentar o controle sobre o cooperativismo ou enfraquecê-lo. Ao criar o Sistema Financeiro Nacional, por exemplo, o governo praticamente extinguiu as cooperativas de crédito.

Presentes em diferentes segmentos da sociedade, as cooperativas catarinenses aumentaram seu poder de mobilização. Decidiram criar um órgão representativo, capaz de fazer frente às novas medidas regulatórias impostas pelo governo federal. Assim surgiu a Associação das Cooperativas de Santa Catarina (Ascoop), em 1º de agosto de 1964. Liderada pelas cooperativas de consumo, a Ascoop representou o primeiro movimento rumo a um futuro sistema cooperativista no estado.

A mobilização ocorreu também no plano nacional. Depois de uma longa negociação, as duas instituições nacionais que representavam o cooperativismo – a Associação Brasileira de Cooperativas (Abcoop) e a União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco) – decidiram juntar forças em 1969. Surgia, assim, a Organização das Cooperativas



Duas iniciativas de Blumenau: a Cooperhering, criada em 1944 pelos funcionários da Cia. Hering, e a cooperativa dos empregados da indústria Garcia, fundada em 1967

Brasileiras (OCB), lançada em 2 de dezembro de 1969, em Belo Horizonte (MG), durante o 4º Congresso Brasileiro de Cooperativismo.

Era a época em que os grandes complexos agroindustriais estavam se formando em Santa Catarina, impulsionados pela criação de vários centros de pesquisa e pela consolidação de uma política nacional de crédito rural. Naquele mesmo ano de 1969, sob a liderança de Aury Luiz Bodanese, nascia um dos maiores expoentes do cooperativismo no estado: a Cooperativa Central Oeste Catarinense.

Tratava-se da união de várias cooperativas da região oeste, que se dedicavam à produção de grãos e incentivavam seus associados a agregar valor com a criação de suínos, negociados com grandes frigoríficos. Nas décadas seguintes, a Aurora, como ficou conhecida, tornou-se um dos maiores conglomerados industriais do Brasil, com cerca de 65 mil associados e 40 mil empregados diretos e nas cooperativas associadas.

A criação da Aurora representa bem a transição vivenciada pela economia catarinense naquele período, com forte crescimento das exportações e a conquista de posições sólidas no mercado externo. Esse movimento coincidia com um dos períodos de maior crescimento da economia brasileira, o chamado “milagre econômico” – entre 1967 e 1974, o PIB do país cresceu, em média, 11,2% ao ano.

O governo adotou uma série de mecanismos para ampliar a produtividade no campo. Um dos principais foi a política de preços



Glauco Olinger, que foi presidente da Acaresc (atual Epagri) e secretário da Agricultura: apoio à expansão do cooperativismo

mínimos, que dava estabilidade ao processo produtivo. Nesse contexto, o cooperativismo passou a ser visto pelos militares como uma solução viável para aumentar a produção, em especial nas pequenas propriedades.

O incentivo estatal impulsionou o surgimento de cooperativas em todo o Brasil. Em Santa Catarina, esse processo contou com a participação essencial da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), atual Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), órgão responsável pelo trabalho de extensão rural no estado. Por meio da liderança de Glauco Olinger, à época presidente da instituição e secretário estadual da Agricultura, um novo quadro se configurou para o cooperativismo em Santa Catarina.

A aproximação do governo estadual com os pequenos agricultores, por meio da extensão rural, evidenciou duas dificuldades básicas enfrentadas por quem trabalhava no campo: comprar insumos a preços justos e comercializar a produção. Entendeu-se que esses problemas poderiam ser fortemente amenizados pela cultura cooperativista, que passou a ser difundida por todo o estado com o apoio da Acaresc.

Cooperativa de Eletrificação Rural de Armazém, fundada em 1967





Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado, fundada em 30 agosto de 1969

Dificuldades enfrentadas para compra de insumos e comercialização de produtos motivavam agricultores familiares a integrar cooperativas



Nasce a OCESC

Em 1970, Irineu Manke, de Massaranduba, foi eleito presidente da Ascoop. Ele permaneceu no cargo quando, no ano seguinte, a instituição foi reformulada e teve o nome mudado para Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC). O Estatuto da Organização também foi ajustado à nova legislação cooperativista.



*Inauguração, em 1973, do primeiro frigorífico da Coopercentral Aurora,
hoje um dos maiores conglomerados agroindustriais do país*



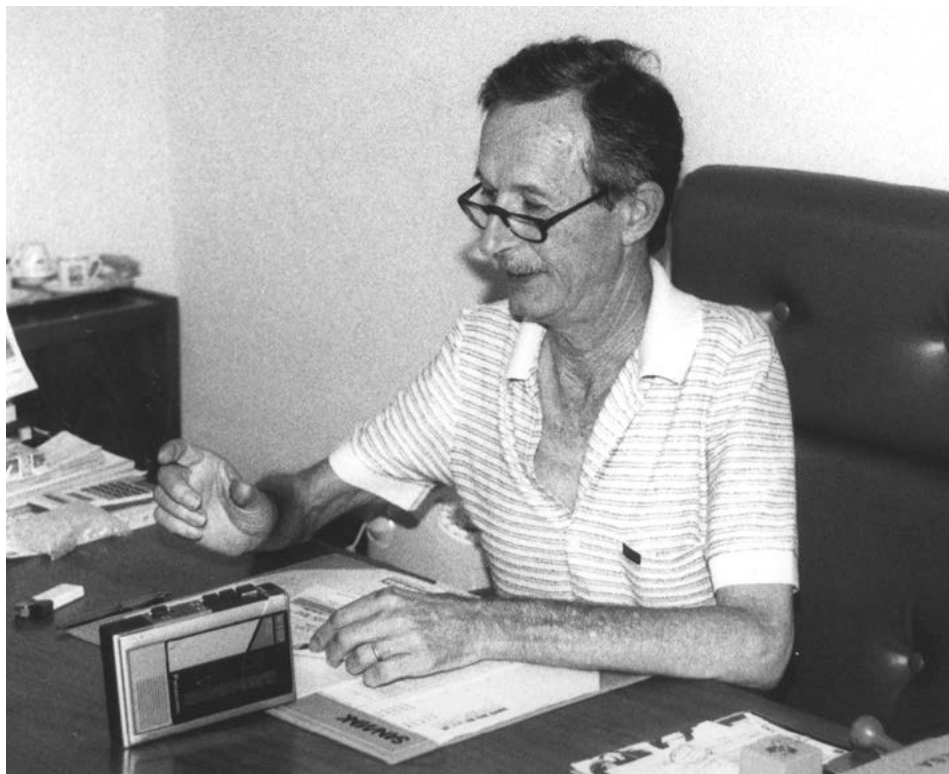


*Safra de feijão
na década de
1970: agricultura
contribuiu para o
“milagre econômico”*

A regulamentação da Política Nacional do Cooperativismo, depois de quatro anos de discussões, instituiu o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas e oficializou o acompanhamento estatal por meio de entidades representativas. Assim, as cooperativas, os órgãos de representação, as confederações, as federações e as centrais passaram a constituir efetivamente o Sistema Cooperativo Brasileiro, sujeito à fiscalização dos órgãos federais, especialmente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A nova lei substituiu toda a legislação anterior a respeito do cooperativismo e determinou uma representação única do movimento por meio da Organização das Cooperativas Brasileiras, a OCB, que acabara de surgir da fusão das duas entidades representativas nacionais que coexistiam até então.

Esse processo se refletiu no fortalecimento das cooperativas com maior potencial de prestação de serviços, ao mesmo tempo em que enfraqueceu as organizações mais rudimentares. Para essas, havia apenas dois possíveis caminhos: a extinção ou a fusão com outras cooperativas. Em Santa Catarina, a Acaresc apoiou essa integração, colocando uma equipe de contadores à disposição das cooperativas para auxiliar nos processos de fusão, que ocorreram em várias partes do estado.

Outra diretriz da nova legislação era o estabelecimento de organizações estaduais de cooperativas. A Ascoop já fazia esse papel e, no dia 28 de agosto de 1971, teve o nome mudado para Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), por decisão dos associados. Na mesma reunião, foi homologada a filiação da OCEsc à OCB. Os



*Irineu Manke
assumiu a
presidência da
Ascoop em 1970*

associados decidiram manter a base da diretoria da Ascoop, com Irineu Manke na presidência, tendo agora, como novo vice, Ivo Vanderlinde. O secretário-executivo Alberto Moraes também permaneceu. Manke passou a compor o colegiado da OCB, como membro do Conselho Fiscal.

A mudança de nome veio acompanhada de outras alterações no Estatuto da Organização, a maior parte delas em alinhamento à nova legislação cooperativista. Uma dessas novidades foi a criação de Comitês Regionais da OCESC em cada região do estado onde existissem pelo menos cinco cooperativas registradas. Esses comitês teriam as funções de promover seminários e reuniões para debater as necessidades das cooperativas, entre outras atribuições.

Disposta a se apresentar ao sistema em âmbito nacional e ampliar sua representatividade política, a OCESC assumiu o desafio de organizar o maior evento do segmento no país: o Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Realizada entre 24 e 28 de setembro de 1973 em Florianópolis, a 6ª edição do congresso reuniu representantes de 700 cooperativas das mais diferentes origens e áreas de atuação.

As cooperativas catarinenses reforçariam, ao longo dos anos seguintes, uma imagem de ampla credibilidade. Um exemplo ocorreu em 1973, quando o Banco do Brasil reduziu de 15% para 10% ao ano a taxa de juros aplicada a determinados empréstimos concedidos às cooperativas no estado, ferramentas essenciais para a ampliação das atividades e o consequente desenvolvimento econômico e social das regiões onde essas organizações atuavam.



Organizado pela
OCESC, 6º Congresso
Brasileiro de
Cooperativismo reuniu
em Florianópolis
lideranças do
movimento, em 1973

Diante da expansão do movimento no estado, as autoridades responsáveis pela promoção e pelo desenvolvimento do cooperativismo estavam determinadas a transferir para a OCESC outras atribuições. Com o objetivo de capacitar a instituição, seus dirigentes foram à Alemanha para conhecer de perto o sistema cooperativo daquele país, por meio de uma parceria com a Fundação Friedrich-Naumann, já bem atuante no Brasil na estruturação das organizações cooperativistas. Esse convênio teria como uma de suas consequências a implantação do Instituto Técnico das Cooperativas (ITEC) em Santa Catarina, importante agente no processo de desenvolvimento cooperativista.

Em sintonia com as metas de atualização descentralizada, a OCESC inaugurou núcleos regionais nas cidades de Chapecó e Videira, no oeste do estado, em 1973. Cada núcleo contava com um escritório para oferecer assistência administrativa e contábil às cooperativas registradas. Enquanto isso, cooperativas de diversos setores davam seguimento às fusões e incorporações.

Expansão em várias frentes

Além de oferecer assistência às cooperativas, a OCESC estava preocupada em formar técnicos para trabalhar nessas organizações, atendendo à crescente procura por profissionais como contadores e administradores. Para isso, iniciou a implantação de uma política de formação de pessoal a partir de convênios com universidades e bolsas de trabalho para estudantes. A Fundação Friedrich-Naumann concedeu à organização recursos para acelerar o processo.



Inauguração do frigorífico da Coopercentral, em 1973, foi antecedida por investimentos como uma frota de 23 caminhões



Uma nova diretoria para a OCESC foi eleita em agosto de 1973. Ivo Vanderlinde, presidente da Cooperativa Regional Agropecuária do Vale do Itajaí e até então vice-presidente da OCESC, assumiu o comando. Seu vice era o presidente da Coopercentral Aurora, Aury Bodanese. Alberto Moraes seguiu como secretário-executivo, ratificação do trabalho extremamente produtivo que vinha realizando.

Em 18 de outubro de 1973 foi inaugurado em Chapecó o frigorífico da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. (Fricoper), investimento realizado pelas 16 cooperativas da Central Oeste, com o apoio de financiamentos de diversas instituições. Tratava-se do maior empreendimento do setor cooperativista no estado até então, com área construída de 4.430 m², capacidade para abater 350 suínos por dia e um dos mais modernos sistemas de refrigeração existentes à época.

No ano seguinte, o governo de Santa Catarina aprovou o maior projeto de incentivos fiscais concedido até então ao movimento cooperativista no estado. O benefício foi aplicado na construção de 17 unidades de armazenamento na região oeste, o que elevou a capacidade geral de armazenagem das cooperativas agropecuárias catarinenses de 60.500 toneladas para 144.620 toneladas.

Em 1974, o crescimento da produção agrícola catarinense foi recorde, 30,8%. Com apenas 1,13% do território brasileiro, o estado se tornava o quinto maior produtor nacional de alimentos, atrás apenas de



Cooperativas de eletrificação rural expandiam sua atuação, levando energia ao campo

São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Diante da rápida expansão da produção e dos negócios, a OCESC implantou um departamento de informações comerciais, a fim de orientar as cooperativas sobre o comportamento dos mercados internos e externos. Além disso, o departamento tinha o objetivo de assessorar tecnicamente e capacitar dirigentes nos processos de compras, marketing e comercialização.

Embora contribuísse de forma efetiva para estruturar a área de exportação nas cooperativas, a OCESC não tinha condições de assumir a organização cotidiana dessa atividade. Assim, atendendo a uma reivindicação do próprio movimento, surgiu em 1975 a Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina (Fecoagro), tendo Aury Bodanese como primeiro presidente.

Outro segmento que ganhava força era o da eletrificação rural. A chegada da energia ao campo possibilitava uma melhora significativa na qualidade de vida das famílias, além de fomentar a adoção de novas tecnologias, caminho para aprimorar os processos produtivos.

Em 1975, havia 7 mil quilômetros de linhas de eletrificação rural em Santa Catarina, atendendo 72 mil consumidores. O governo do estado valeu-se, então, do cooperativismo como instrumento para ampliar esses números. A meta era ousada: implantar, em quatro anos, 13.250 quilômetros de linhas, chegando a mais 91 mil consumidores. A Eletrificação Rural de Santa Catarina (Erusc) foi criada para liderar essa expansão, atuando principalmente na construção das estruturas físicas que seriam entregues às cooperativas. E a Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural de Santa Catarina (Fecoerusc) surgiu para congrega mais fortemente as cooperativas do segmento.

Ao final de 1975, a OCESC inaugurou sua primeira sede própria, em Florianópolis. Era uma casa de dois andares à Rua Jairo Callado, no centro da capital, com 420 m² de área construída. Nessa época, a entidade contava com 157 cooperativas registradas: 20 de consumo, 19 escolares, 73 de produção agropecuária, 37 de eletrificação rural e oito de prestação de serviços. Todas se cotizaram para o pagamento das despesas relacionadas ao imóvel.



Ivo Vanderlinde, eleito presidente da OCESC em 1973



Primeira sede do Núcleo Regional da OCESC, em Chapecó

Primeira sede da OCESC, no prédio cedido pela Acaresc para funcionamento da organização e da Faesc



O sistema consolidado

Em 1979, a OCESC elegeu um novo presidente: Alberto Moraes. Chegava ao final uma década marcada pelo forte crescimento das cooperativas catarinenses, tanto no campo quanto nas cidades. Apesar de trabalhar fortemente pela expansão do movimento, a organização sempre acreditou que os princípios do cooperativismo jamais poderiam ser relegados a segundo plano em nome do crescimento. Continuar disseminando os princípios da doutrina era essencial.



Estande da OCESC no Congresso Brasileiro de Cooperativismo realizado em 1980 mostrava a diversidade de produtos gerados por cooperativas catarinenses





*Almoço festivo
reúne associados
da Coopercentral
no final dos anos
1970: quase 20 mil
pequenos produtores
cooperados*

Com o apoio da OCESC, algumas importantes instituições de ensino catarinenses incorporaram em seus currículos a formação cooperativista. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) criou um curso de Administração de Cooperativas e a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) instituiu a cadeira Administração de Cooperativas no curso de Administração de Empresas. Em paralelo, a Secretaria Estadual de Educação incluiu a disciplina Cooperativismo entre as matérias optativas de cursos profissionalizantes.

A OCESC investia também na capacitação de cooperados, oferecendo às instituições registradas, em parceria com outras entidades, uma série de treinamentos para dirigentes e funcionários. Os cursos transmitiam conhecimentos nas áreas de contabilidade, administração e comunicação, entre outras.

A década de 1980 traria um cenário difícil para muitas cooperativas, especialmente as agropecuárias, que viam suas dívidas crescerem exponencialmente. Era o reflexo negativo das facilidades de crédito, que ocasionaram um alto nível de endividamento, inflado pela correção monetária – que avançava em ritmo bem mais acelerado do que os valores obtidos nas vendas dos produtos agropecuários.

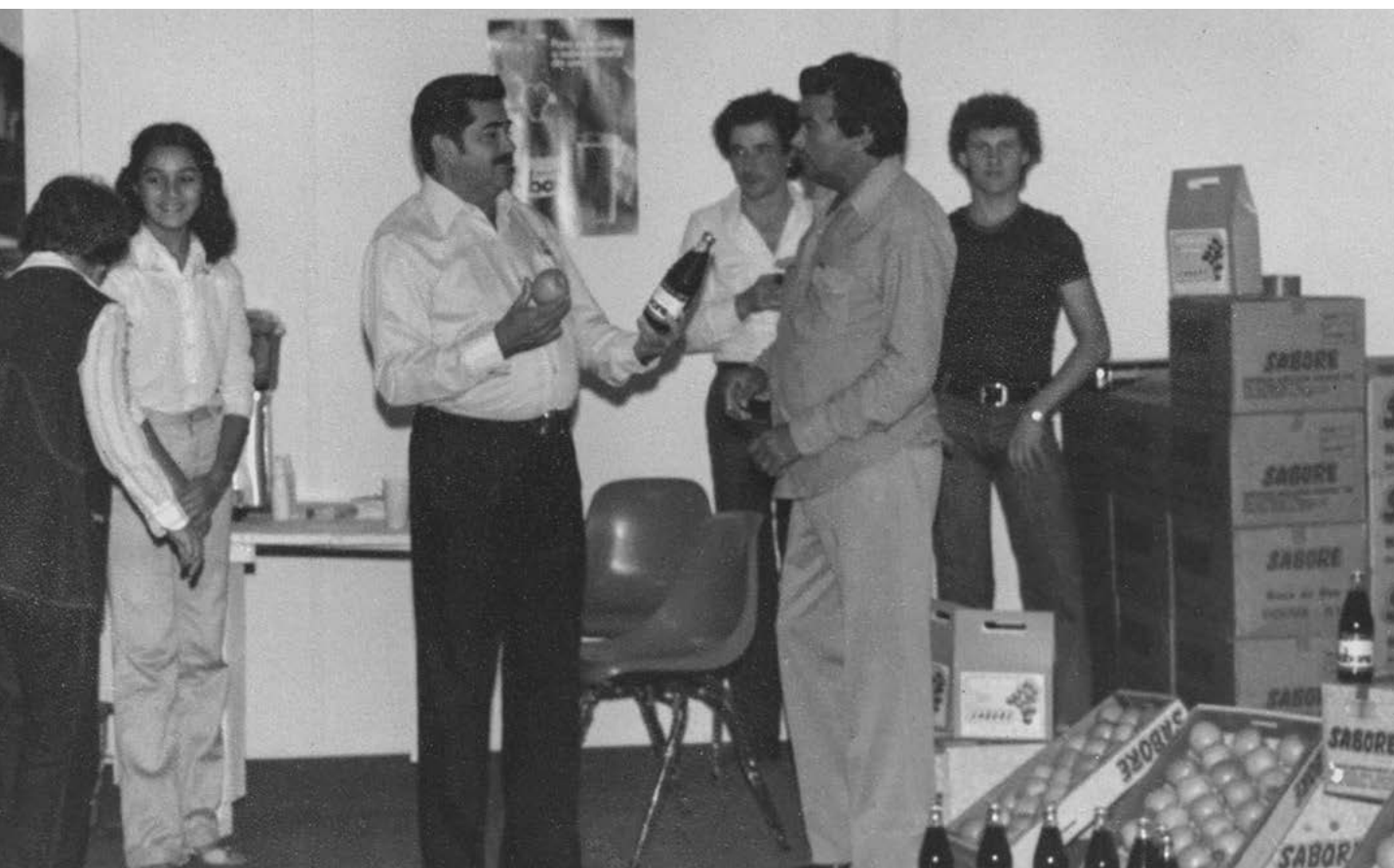


Alberto Moraes: dois mandatos à frente da OCESC

Os custos decorrentes do “milagre econômico” levaram o país a uma grande recessão, a tal ponto que os anos 1980 viriam a ser conhecidos como a “década perdida”. Em 1981, pela primeira vez desde 1947, quando os indicadores do PIB começaram a ser estabelecidos, o resultado do país foi negativo – queda de 3,1%. A crise gerou estagnação econômica, desemprego e altos índices inflacionários.

Reeleito para novo mandato à frente da OCESC, Alberto Moraes liderava estratégias para ajudar as cooperativas catarinenses a lidar com tantas turbulências. Ampliar a troca de informações e de experiências entre as instituições foi um dos caminhos. O *Elo Cooperativo*, informativo mensal produzido pela

1ª Convenção Brasileira de Administradores e Contadores de Cooperativas, realizada em 1979: investimento na profissionalização

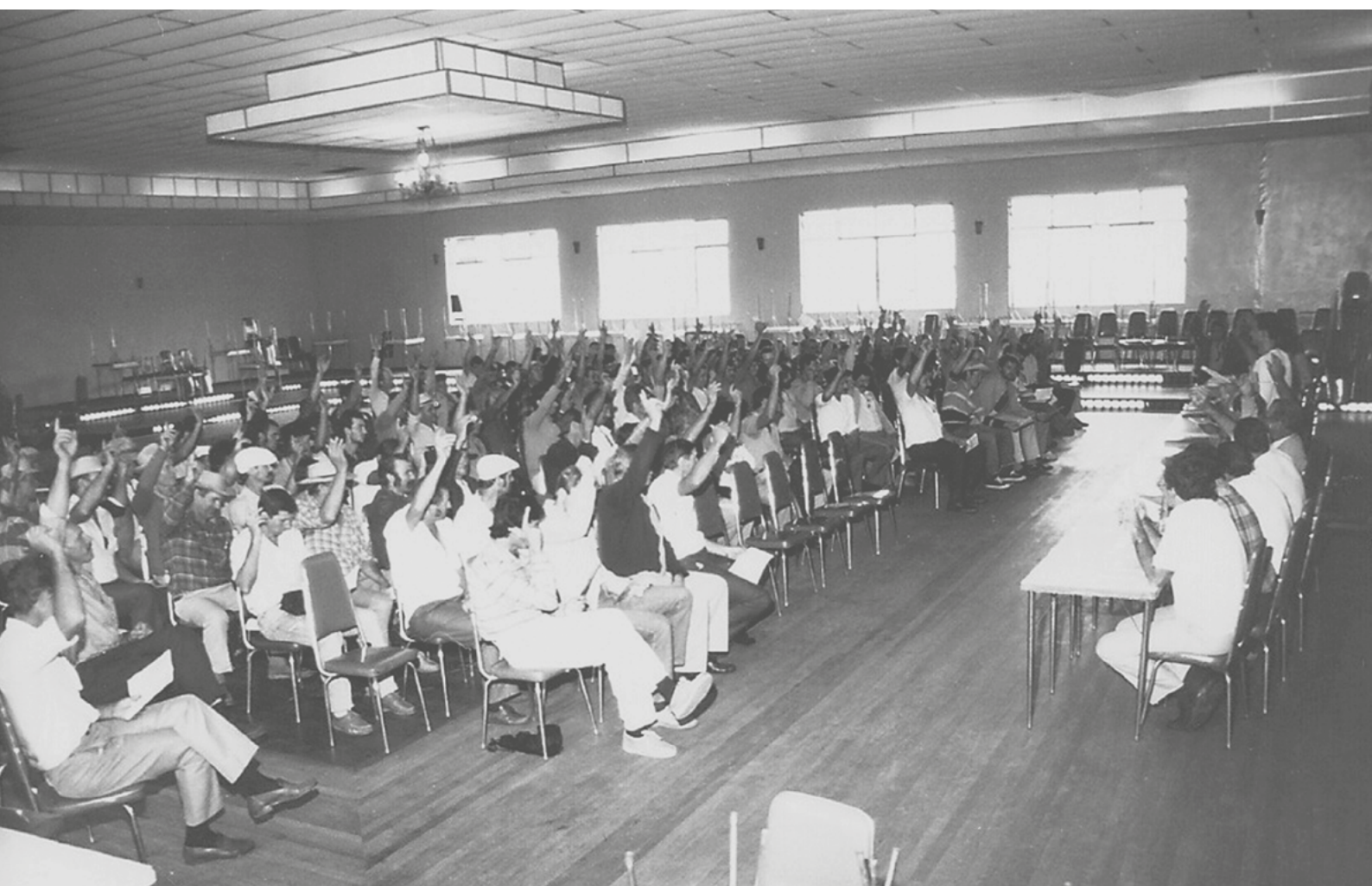


Organização, cumpria a função de registrar e informar os cooperados sobre fatos relevantes para o movimento e as próprias ações da OCESC, além de relatar os casos de sucesso que envolviam cooperativas no estado. Uma das novidades dessa época foi a constituição, em Santa Catarina, das cooperativas de saúde, disseminadas no país por grupos de profissionais da saúde interessados em oferecer uma nova forma de atendimento à população.

Em 1984, o cooperativismo brasileiro passou a ser sistematicamente acompanhado pelo governo federal por meio de um único órgão diretamente ligado ao Ministério da Agricultura, a Secretaria Nacional do Cooperativismo. Nesse mesmo ano, Harry Dorow foi eleito para a presidência da OCESC. Daí em diante, a organização incentivaria ainda mais o cooperativismo de crédito, segmento existente no estado desde a década de 1930.

A OCESC adotou os princípios de um projeto elaborado pelo cooperativista Mário Kruehl Guimarães no Rio Grande do Sul, com o

Assembleia da Crediauc, em Concórdia: primeira cooperativa de crédito autorizada pelo Banco Central a funcionar em Santa Catarina, em 1984





*Reunião do Comitê
Pró-Constituição
das Cooperativas
de Crédito Rural,
criado pela OCESC
no início da
década de 1980*

objetivo de criar um Sistema Cooperativo de Crédito Rural que pudesse oferecer ao pequeno produtor rural uma alternativa de financiamento. Tornava-se cada vez mais evidente a impossibilidade de os pequenos produtores arcarem com as altas taxas de juros praticadas pelos bancos.

Com a criação pela OCESC do Comitê Pró-Constituição das Cooperativas de Crédito Rural, encontros e reuniões foram organizados por todo o estado, com o propósito de divulgar os benefícios do cooperativismo na área financeira. Em decorrência dessa mobilização, sete cooperativas foram pioneiras ao iniciar um sistema de cooperativas de crédito em Santa Catarina: Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia (Copérdia), de Concórdia; Cooperativa Regional Alfa (Cooperalfa), de Chapecó; Cooperativa Agropecuária de Canoinhas (Coopercanoinhas); Cooperativa Regional Auriverde (Cooperauriverde), de Cunha Porã; Cooperativa Regional Arco-Íris (Cooperarco), de Palmitos; Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos (Coopercampos) e Cooperativa Rio do Peixe (Coperio), de Joaçaba.

Para capacitar os dirigentes e funcionários dessas cooperativas, a OCESC organizou viagens a várias cooperativas de crédito de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul. Após conhecer *in loco* esses modelos, cada uma das sete cooperativas elaborou um projeto, enviado ao Banco Central, solicitando permissão para fundar uma cooperativa de crédito singular. As autorizações foram concedidas entre 1984 e 1985.

O rápido desenvolvimento dos negócios indicava que, assim como em outros segmentos cooperativistas, a criação de um sistema integrado poderia ajudar as novas organizações a crescer de forma mais sustentada. Por conta disso, a OCESC apoiou a fundação da Cooperativa Central de Crédito Rural de Santa Catarina (Cocecrer SC), em 1985, que começou a funcionar em uma pequena sala na sede da organização, com dois assessores também cedidos pela OCESC.

A organização empreendeu mais uma ação pioneira em 1985, ao criar um banco de dados para o setor cooperativista, reunindo informações econômicas, financeiras e sociais das cooperativas do estado, com o objetivo de utilizá-las de forma estratégica. Com a tecnologia disponível na época, o trabalho de organizar e sistematizar esses dados era complexo e demorado. Exigia preparar as correspondências, reproduzi-las no mimeógrafo e encaminhar para a distribuição pelos Correios. O contato telefônico era difícil naquele período, e o Telex não acelerava suficientemente o processo.

Mesmo assim, a OCESC persistiu, pois estava convicta de que os dados eram essenciais para a compreensão do sistema cooperativista.

*Harry Dorow,
presidente da
OCESC por dois
mandatos na
década de 1980*



As informações obtidas das cooperativas eram passadas para planilhas em papel almaço, depois datilografadas e reproduzidas em publicações anuais distribuídas para o sistema e outras entidades, com os dados econômicos e cadastrais das cooperativas.

Articulação política

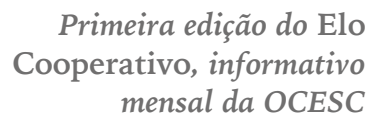
Enquanto o Brasil se redemocratizava, em meados da década de 1980, a OCESC dava continuidade à missão de formar profissionais para as cooperativas. Implantou o Programa de Formação de Dirigentes e Gerentes de Cooperativas (Formacoop), desenvolvido em parceria com as congêneres do Rio Grande do Sul (OCERGS) e do Paraná (OCEPAR). O programa criou cursos modulares para dirigentes e executivos de cooperativas de diferentes segmentos. Divididos em seis módulos, os cursos tinham 120 horas-aula e eram focados no aperfeiçoamento da gestão.

Em reconhecimento ao bom trabalho, Harry Dorow foi reeleito presidente da OCESC em 1987, tendo agora Mário Lanznaster como

*Orientação
e assistência
impulsionaram
produtividade no
campo catarinense*



O cooperativismo conseguiu arrematar, em todo o país, 207 parlamentares, entre deputados e senadores, comprometidos com o sistema. Coordenado pela OCB, esse grupo foi responsável pela inclusão na nova Carta de pontos importantes para o crescimento do setor, definidos a partir de um processo amplamente democrático de consulta às bases. Foram coletadas sugestões de todas as cooperativas brasileiras, compiladas no documento “Constituinte do Cooperativismo”.




 11



Formacoop reúne dirigentes e funcionários de cooperativas de diferentes ramos com o propósito de aperfeiçoar a gestão



Como resultado de todo esse trabalho, a nova Constituição, promulgada em 1988, incluiu sete referências diretas ao cooperativismo. O fim definitivo da tutela estatal foi a maior das conquistas, pois permitia a livre organização das cooperativas. Outro grande avanço foi conceder às cooperativas de crédito os mesmos requisitos de criação e funcionamento aplicados às instituições financeiras.

Em 1989, Videira foi a sede do 3º Encontro Estadual de Comitês Educativos, promovido pela OCESC

Apoio consolidado

Naquele mesmo ano de 1988, a OCESC contou com o apoio da Frente Parlamentar Cooperativista para obter uma conquista relevante para o movimento em Santa Catarina. A Assembleia Legislativa havia aprovado o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec), que visava a estimular o desenvolvimento socioeconômico do estado, por meio do apoio ao empreendedorismo. A mobilização cooperativista conseguiu alterar o artigo 1º do projeto de lei, incluindo a implantação de empreendimentos cooperativos agroindustriais e industriais, além da armazenagem de produtos agrícolas. Também foi assegurada a participação da OCESC no Conselho Deliberativo do Prodec, garantia de que os interesses do movimento continuariam sendo defendidos.

A exemplo do que ocorreu em âmbito federal, a Frente Parlamentar Cooperativista acolheu, na Assembleia Legislativa, as sugestões enviadas por instituições registradas na OCESC para a nova Constituição Estadual. Entre essas sugestões destacavam-se o ensino cooperativista nas escolas, o apoio ao cooperativismo de crédito e a participação do cooperativismo nos Conselhos Estaduais e órgãos que tinham alguma relação com o sistema. Promulgada em outubro de 1989, a nova Constituição de Santa Catarina reforçou, em diversos artigos, o princípio de que o cooperativismo era um movimento que deveria ser oficialmente apoiado pelo estado.

Ainda em 1989, a OCESC homologou o Conselho de Ética do Cooperativismo no estado, com o objetivo de apoiar as cooperativas no processo de autogestão, o maior desafio dos anos que viriam. Cada vez mais forte e atuante, a organização chegava ao final da década totalmente consolidada como entidade representativa. Além disso, oferecia uma série de serviços às cooperativas registradas, como banco de informações atualizadas sobre o sistema, educação e capacitação cooperativista, treinamento, auditoria e consultoria sobre conformidade legal, comunicação e assessoria jurídica.

Encontro Nacional de Comitês Educativos, em Curitiba (PR): foco na capacitação para a autogestão



Um novo tempo

A década de 1990 representaria uma nova era para o movimento cooperativista brasileiro: a da autodeterminação de um sistema que, por quase um século, esteve sob o jugo estatal. Tutelado desde os primeiros passos pelo Estado, o cooperativismo brasileiro não podia, até então, trilhar caminhos de forma autônoma, que permitissem a expansão de acordo com seu potencial.



Líderes do cooperativismo catarinense discutiram a autogestão em evento realizado pela OCEC no início da década de 1990





*Debate permanente
é uma das
características do
cooperativismo
catarinense*

Os demorados processos para a formação de cooperativas, o exagero de exigências e o acanhamento no apoio à divulgação foram aspectos que, ao longo das décadas, reprimiram a expansão das ideias cooperativistas.

Despontava, agora, o modelo de autogestão. Sem a interferência estatal no funcionamento das cooperativas, o principal desafio da OCESC no início da década de 1990 era contribuir para que os próprios associados, líderes e dirigentes assumissem amplamente a responsabilidade pela gestão das instituições. Tratava-se de uma meta especialmente complexa diante da difícil situação financeira em que se encontrava a maioria delas, fato que confirmava a necessidade de um modelo de gestão mais eficiente.

Preparar as cooperativas para esse novo tempo era uma das principais missões da OCESC. Após a gestão de Harry Dorow, o escolhido para sucedê-lo foi Vilibaldo Erich Schmid. Até então, Schmid presidia a Copercampos, de Campos Novos. Ao assumir a OCESC, ele se mudou para Florianópolis e passou a dar expediente na sede da organização,



Comissão mista Argentina, Brasil e Uruguai em encontro de cooperativas do Cone Sul-Mercosul, realizado em Buenos Aires no ano de 1991

em tempo integral, fato inédito na história da instituição. Esse alto nível de dedicação era uma exigência das demandas que chegavam à OCESC. Além de dar início ao processo de autogestão nas cooperativas, cabia à organização acompanhar o cenário político e econômico, incluindo uma série de projetos de lei sobre o cooperativismo que tramitavam tanto no Congresso Nacional quanto na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

O desenvolvimento da autogestão seria um grande avanço ao longo dos anos seguintes – não só em Santa Catarina, mas, de forma geral, em todo o sistema cooperativo brasileiro. Coordenadas pela OCB, as organizações estaduais tornaram-se os principais agentes desse processo, que envolvia desde a orientação para a constituição de novas cooperativas até a fiscalização do autocontrole, passando por autonomia financeira, educação e capacitação de dirigentes e funcionários, comunicação e integração entre os membros do sistema. A OCESC começou a promover encontros regionais e estaduais para discutir a questão e capacitar os dirigentes. Criou-se um programa de certificação de autogestão das cooperativas, com um sistema de pontos e a definição dos patamares que as instituições deveriam alcançar.

Em sintonia com todo esse processo, a organização passou a ser mais rigorosa na observância aos princípios do cooperativismo. Foi pioneira ao criar um mecanismo de cancelamento de registro das cooperativas, determinado a partir da identificação de problemas na gestão ou pela falta de adesão efetiva aos valores cooperativistas. Isso permitiu a depuração do quadro de registradas, com a consequente valorização daquelas que seguiam no caminho correto.

As mudanças do sistema cooperativista acompanhavam alterações no cenário político, econômico e social do Brasil. Fernando Collor de Mello tornou-se o primeiro presidente eleito pelo voto direto depois de duas décadas de regime militar. Em março de 1990, seu governo determinou a extinção do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), o que representava um grande problema para o cooperativismo brasileiro, em especial o de crédito.

Criado pelo governo federal em 1951, o BNCC tinha como objetivo prestar assistência e amparo às cooperativas. Era controlado pela União, que detinha 54% do seu capital, sendo o restante subscrito pelas cooperativas legalmente constituídas e em funcionamento. Centralizando as operações financeiras de cooperativas de todos os segmentos, o BNCC foi um grande parceiro do cooperativismo de crédito em Santa



*Vilibaldo Schmid
assumiu a
presidência da
OCESC em 1990*

Bandeira solidária

Cooperativismo em SC cresce e já agrega um milhão de pessoas

Seguramente a grande discussão em todo o planeta desde o lançamento do Manifesto Comunista por Karl Marx, em 1848, gira em torno do melhor sistema de organização para os seres humanos.

Decepcionadas com os modelos capitalista e socialista na véspera do ano 2000, cada vez mais as pessoas tomam consciência de que a alquimia em reunir a competitividade que o mercado requer e a distribuição de renda que a sociedade exige é a ajuda mútua. Nesse quadro o cooperativismo, que encantou uma parte dos socialistas franceses do século passado por sua praticidade e co-responsabilidade dos participantes, cresce e se fortalece.

Em Santa Catarina o modelo vingou e hoje envolve nada menos que 1 milhão de pessoas, 25% da população catarinense. São na maioria cooperativas jovens, com no máximo 25 anos de fundação, mas que mantêm em seus quadros 270 mil associados e em torno de dois mil líderes. As cooperativas reúnem interesses de pessoas nas áreas de agropecuária, serviços de saúde, crédito, irrigação, transporte, eletrificação, consumo, estudantil, arrendamento de terras e máquinas e serviços de saúde. "O cooperativismo é um modelo viável de desenvolvimento econômico", resume Vilivaldo Schmid, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), que representa os interesses de 138 cooperativas. Na área de saúde as cooperativas atuam praticamente em todos os municípios catarinenses, atendendo a quase 600 mil usuários. As de eletrificação rural implantaram 34 mil quilômetros de redes e atendem a 102 mil usuários.

Mas o maior segmento é o de produção, onde nasceu o cooperativismo catarinense, através da Sociedade Cooperativa de Rio dos Cedros, no Médio Vale do Itajaí, em 1889. Reúne 41 cooperativas, duas centrais de industrialização, duas federações e quase 70 mil associados.

SAFRA RECORDE - Hoje o sistema recebe anualmente cerca de 1 milhão de toneladas de diferentes produtos agrícolas, aproximadamente 25% da produção estadual. Dispõe de uma capacidade de armazenagem em torno de 700 mil toneladas, mil caminhões ligando produtores, cooperativas e consumidores, e uma agroindústria poderosa e moderna, capaz de in-

tendo a individualidade do associado para todas as outras decisões", explica José Norberto Kretzer, diretor-superintendente da Ocesc. O associado tem direito a voto, independentemente do seu capital, define as prioridades e serviços a serem prestados e os investimentos feitos com as sobras do exercício. Essa peculiaridade faz com que as cooperativas tenham um

grande compromisso social. "É preciso ter habilidade para administrar o lado econômico com o social", explica Vilivaldo.

Desde 1988 o cooperativismo vive um momento de grande importância. A nova Constituição aboliu a tutela do governo, que via Ministério da Agricultura autorizava o funcionamento, fiscalizava e liquidava as cooperativas. "É uma espécie de divisor de águas do cooperativismo brasileiro. Agora somos livres, mas responsáveis", afirma Vilivaldo.

Com o fim da interferência estatal, os próprios cooperados, líderes e dirigentes passaram a assumir total responsabilidade na gestão da empresa-cooperativa, um sistema denominado autogestão e inspirado nos mais avançados modelos europeus. Para funcionar é preciso reorganizar cada cooperativa e todo o sistema. A coordenação de todo esse gigantesco processo está a cargo da Organização das Cooperativas Brasileiras (Ocb) e a nível estadual da Ocesc, entidades autônomas e sem qualquer vínculo com o governo. Elas vão coordenar o chamado processo de autocontrole, que visa preservar a imagem de todo o sistema perante a sociedade.

A vontade do cooperativismo catarinense é facilmente detectada. Metade das cooperativas já está com seus quadros organizados de acordo com as novas propostas. E em 1991 a Ocesc promoveu 136 cursos e seminários para a capacitação de 3.629 líderes cooperativistas. Números que colocam o estado na vanguarda desse novo tempo.



Vilivaldo: "Habilidade para administrar o econômico e o social"

dustrializar 3.800 toneladas diárias de produtos que vão desde aves até suco de laranja. Embalada por uma safra recorde que está sendo colhida até o final do verão, em 1992 o segmento deve movimentar 300 milhões de dólares.

O cooperativismo é uma estrutura mais complexa que as empresas tradicionais. "O sistema tem uma concepção comunitária para viabilizar as atividades de pessoas com interesses comuns. Mas ele interfere apenas na parte econômica, man-

Poder de fogo em SC

Segmento	Cooperativas	Associados
Agropecuário	41	65.000
Eletrificação mistas	26	102.000
Consumo	19	38.399
Trabalho	23	4.200
Crédito	22	30.000
Escolar	21	5.911

Expansão do cooperativismo em Santa Catarina era notícia na imprensa regional

Catarina. A OCESC buscou soluções para reduzir o impacto dessa decisão governamental nas cooperativas, a exemplo da formalização de convênios com outros bancos estatais.

Apesar das dificuldades trazidas pela extinção do BNCC, as cooperativas de crédito eram o segmento que mais crescia naquela época, impulsionadas principalmente pela insatisfação dos produtores rurais com os bancos comerciais. O acesso ao crédito para custeio das atividades estava cada vez mais difícil. Conseguir financiamento exigia o cumprimento de uma série de processos burocráticos, que tomavam tempo e elevavam os gastos dos agricultores com viagens às cidades. Além disso, os custos financeiros tornavam inviável o desenvolvimento da produção agrícola.

Logo após a criação do Mercosul, em 1991, a OCESC participou de discussões nacionais e promoveu encontros e discussões a respeito do novo mercado que se vislumbrava. Organizou também um evento de formação que reuniu cooperativas do Sul do Brasil e do Paraguai, do Uruguai e da Argentina. O foco era o intercâmbio de informações e a geração de negócios – produtores brasileiros de vinhos e sementes, por exemplo, firmaram boas parcerias com os países vizinhos.

Em visita às cooperativas, a organização levou aos associados informações sobre como se dariam as operações de comércio entre os países membros do Mercosul. O principal objetivo era preparar as cooperativas para competir com a enxurrada de produtos estrangeiros que chegavam ao país. Um exemplo: em decorrência da nova configuração do mercado, o cultivo de trigo passou a ser secundário nas propriedades catarinenses, pois era inviável competir com a produção argentina.

Expansão contínua

Os novos tempos exigiam adaptação, já que o governo Collor levava adiante um processo agressivo de abertura econômica. Gradualmente, as tarifas de importação foram abolidas, permitindo a invasão, no mercado nacional, de produtos estrangeiros a preços baixíssimos. Estímulos à exportação foram sumariamente reduzidos e reservas de mercado eliminadas. O *impeachment* de Collor não representou o fim ao processo de abertura econômica, que seria mantido nas gestões de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso.

A OCESC trabalhava para aumentar sua representação externa e fortalecer outros ramos do cooperativismo. Assim, muitas cidades que já tinham uma boa imagem do associativismo agropecuário acolheram novas formas de cooperar. Em Chapecó, por exemplo, a ideia da cooperativa médica foi introduzida por Aury Bodanese, que abriu as portas da Cooperalfa

para firmar contratos de assistência a funcionários e cooperados. Esse movimento deu origem, em 1992, à cooperativa médica da cidade.

Mesmo com expressivo corpo de clientes e médicos associados, a interiorização das cooperativas médicas foi um processo lento. Havia obstáculos, como o apoio insuficiente do governo e a desconfiança de empresários e usuários, além da falta de conhecimento das diretrizes cooperativistas entre os médicos. Para amenizar esses problemas, diretores da Federação Estadual das Cooperativas Médicas de Santa Catarina (Fecomed) passaram a fazer um trabalho de educação cooperativista em todo o território catarinense.

A atividade cooperativista é dinâmica e adapta-se constantemente às circunstâncias de um mundo em transformação. Exemplo disso é o ramo Transporte, que ganhou grande impulso nos anos 1990 e expandiu-se ainda mais nas décadas seguintes.

Em abril de 1993, José Norberto Kretzer, que ocupava a superintendência da OCESC havia alguns anos, foi eleito presidente da instituição. A representação do sistema estava estruturada e consolidada. No âmbito nacional, a OCB passava por um momento de expansão e reconhecimento, liderada por Roberto Rodrigues – paulista com formação em Engenharia Agrônoma, com vasta experiência na direção de cooperativas.

A abertura da economia era uma via de mão dupla. Se facilitou a entrada dos produtos estrangeiros no Brasil, foi também um impulso para as exportações. Assim, as dificuldades iniciais serviram como combustível para um salto de produtividade do complexo agroindustrial catarinense. Com a estabilização da economia trazida pelo Plano Real,

Representantes de Santa Catarina no 12º Encontro Nacional de Dirigentes Cooperativistas, realizado no Maranhão em 1995



em 1994, e as consequentes mudanças nos padrões de consumo, a agroindústria catarinense buscou um novo patamar de competitividade, por meio de novas tecnologias e do aprimoramento das rações e das linhagens de frangos e de suínos. Tanto o consumo interno quanto as exportações cresceram rapidamente.

Em meio a esse cenário, era preciso ampliar a força política do cooperativismo e reforçar as funções das entidades representativas regionais. As cooperativas decidiram em assembleia que seriam atribuídas características sindicais à organização, o que envolvia a alteração do seu estatuto e incluía autorização para filiação a uma entidade sindical superior. Assim, a OCESC tornou-se a primeira organização cooperativista de caráter estadual a conquistar as prerrogativas de entidade sindical patronal, passo inicial para uma conquista futura: o sistema nacional de aprendizagem do cooperativismo.

Todo esse processo foi reforçado a partir de abril de 1996, quando um dos principais líderes do cooperativismo catarinense, Aury Luiz Bodanese, assumiu a presidência da OCESC. Nessa mesma época, intensificou-se a busca por recursos por parte das cooperativas. A organização percebeu que havia demanda anormal por crédito e, ao averiguar a situação junto às instituições registradas, identificou um alto nível de endividamento. Era uma situação que comprometia a rentabilidade das cooperativas catarinenses. A organização realizou então um estudo sobre o endividamento e levou os dados para o sindicato, conduta adotada também por OCEPAR e OCERGS, que identificaram a mesma situação preocupante nos demais estados da região Sul.

A partir dos resultados desse trabalho, as entidades reuniram-se e elaboraram a proposta de um programa de recuperação das cooperativas. Esse pleito foi encaminhado à OCB, que iniciou uma grande negociação e articulação política para a aprovação do Programa de Revitalização do Setor Cooperativo (Recoop). Após ampla discussão, foi aprovado pelo governo, em 1998, um aporte emergencial no valor de R\$ 370 milhões. Ao todo, o programa injetaria mais de R\$ 3 bilhões nas cooperativas brasileiras.

Coube à OCESC definir as regras para a candidatura das cooperativas catarinenses ao programa, elaborando normativos para promover sua reestruturação. Além disso, a organização realizou um forte trabalho educativo, disseminando entre as instituições registradas a explicação de como o Recoop funcionaria. Como resultado direto desse esforço, 29 das 34 cooperativas catarinenses que se candidataram foram contempladas.



*José Norberto
Kretzer passou da
superintendência
à presidência
da OCESC*

Como o custo e o risco desses aportes eram elevados para o governo, uma contrapartida exigida era a profissionalização da gestão das cooperativas. Foi então que a autogestão definitivamente se firmou – tornando-se, inclusive, pré-requisito obrigatório para registro na OCESC. A organização lançou um programa oficial de autogestão, a fim de orientar as cooperativas. Como a maioria delas já possuía uma autogestão informal, que respeitava aspectos referentes à legislação e à tributação, o processo de transição não foi traumático.

Mudanças ocorriam em diversos setores. Em dezembro de 1996, um grande marco transformou o cooperativismo de eletrificação rural. A Lei nº 9.427 instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e disciplinou os regimes de concessão. A regularização reconheceu as cooperativas como permissionárias do serviço público, garantindo um amparo legal que até então não havia.

A criação do Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), em 1998, contribuiu fortemente para a missão de organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional, a promoção social dos empregados de cooperativas, cooperados e seus familiares e o monitoramento das cooperativas em todo o território nacional. A partir de então, as cooperativas passaram a receber em serviços a contribuição que antes recolhiam ao governo em benefício das instituições nacionais do chamado Sistema S.

Reconhecido líder cooperativista, Aury Bodanese assumiu a presidência da OCESC em 1996



Desafios do novo milênio

Após as intensas mudanças políticas e econômicas que marcaram as décadas anteriores, o Brasil entrou no século 21 experimentando novos patamares de desenvolvimento. Com a inflação sob controle, era possível – a pessoas, entidades, empresas e governos – planejar ações a longo prazo. Também a OCESC conseguiu voltar com mais clareza o seu olhar para o futuro do cooperativismo catarinense.



*Símbolo da confiança no futuro: a nova
sede da OCESEC, inaugurada em 2011*



Com a globalização, muitos profissionais procuraram o caminho da autonomia – sendo o cooperativismo uma das opções nesse sentido –, por escolha ou pela dificuldade em encontrar emprego. Esse cenário impulsionou o surgimento ou o crescimento de cooperativas hoje englobadas no ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços.

Essas mesmas mudanças trazidas ao cenário internacional pela globalização despertavam nas lideranças catarinenses o desejo de atravessar fronteiras para conhecer novidades em produtos, processos, tecnologias e estratégias – e encontrar, assim, inspiração pa-



*Luiz Hilton Temp,
eleito em 2000
para comandar
a OCESC*



ra agregar ainda mais competitividade às cooperativas. Para isso, a OCESC organizou e apoiou missões internacionais, que levaram lideranças catarinenses a diferentes partes do mundo.

Consolidar o sistema cooperativista em Santa Catarina era um dos desafios de Luiz Hilton Temp, eleito presidente da OCESC para a gestão iniciada em 2000. Nesse período, a organização trabalharia focada na meta de reduzir a carga tributária e no aprimoramento da comunicação entre as cooperativas e com a sociedade. Em outra frente, diversas ações foram intensificadas para identificar cooperativas irregulares ou inoperantes em Santa Catarina.

*Globalização
trouxe novas
perspectivas ao
campo catarinense*



Dentro do sistema autogestionado do cooperativismo catarinense, o monitoramento das atividades das cooperativas tornou-se uma rotina na OCESC. A organização ampliou o acompanhamento das atividades das instituições registradas, estendendo-o também para as questões sociais internas, como admissão de cooperados, reuniões dos conselhos de administração e fiscal, atas, realização de assembleias gerais e a correta prestação de contas aos cooperados. Foram estabelecidos critérios mais rigorosos quanto à constituição e ao registro de novas cooperativas.

A elaboração do primeiro planejamento estratégico do sistema cooperativo catarinense marcou o ano de 2002 para a OCESC. Organizou-se o encontro dos ramos (segmentos) e o Sistema de Acompanhamento das Cooperativas (SAC) foi apresentado. No plano político, o cooperativismo participou ativamente do processo eletivo, apoiando candidatos comprometidos com o movimento.

*Presença feminina
valorizada nas
cooperativas
catarinenses*

Mulheres conquistam novo status nas cooperativas de Santa Catarina

Participar e conquistar são as novas palavras de ordem das mulheres associadas às cooperativas de Santa Catarina. O 1º Encontro Estadual das Mulheres Cooperativistas, recém-encerrado em Florianópolis, reuniu 250 líderes de 14 cooperativas e definiu estratégias de ação para incentivar a participação da mulher e, através dela, conquistar espaços na estrutura de núcleos, conselhos, comitês e órgãos de direção.

O presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), promotora do encontro, Luiz Hilton Temp, destacou que todas as co-



Tendência é de aumento da participação da mulher nas esferas de poder das cooperativas



Luiz Hilton Temp: "toda a família é associada"

operativas representadas no evento mantêm programas de inserção da mulher no universo cooperativista. Os dirigentes querem a permanente participação da mulher nas assembleias, nos comitês, nos grupos de

estudo, nos cursos e treinamentos e nos quadros diretivos porque apenas 8% dos 463.156 associados de cooperativas em Santa Catarina são mulheres.

Um dos ramos onde a participação da mulher está surpreendendo é o agropecuário, que responde por 70% do movimento econômico do coopera-

tivismo barriga-verde. Muitas cooperativas agropecuárias adotaram o conceito segundo o qual a família é associada e não apenas o produtor rural. Isso abriu um grande espaço para a participação das mulheres, inclusive em funções de assessoramento e direção.

Temp realça que os dirigentes cooperativistas valorizaram

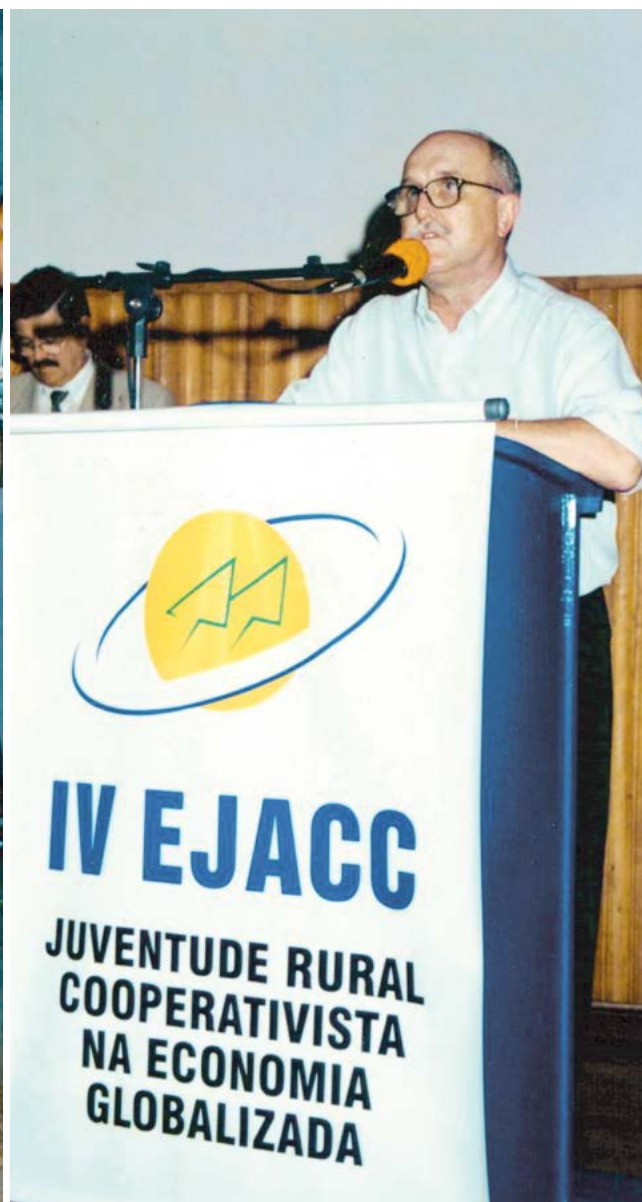
o papel da mulher e criaram novas formas de participação, elevando a qualidade do relacionamento entre os quadros diretivos e a base cooperativada. Prevê, por isso, que maior número de mulheres presidirá cooperativas, "conduzindo-as ao caminho do desenvolvimento com a tranquilidade de quem sabe que o sucesso advém da persever-

rança, da competência, do trabalho, da capacidade de aprender e da habilidade de adaptar-se às mudanças."

Os trabalhos em grupos representaram a fase mais produtiva porque permitiram discutir a situação concreta de cada cooperativa em face dos anseios e expectativas das mulheres. Em algumas cooperativas, a mulher participa ativamente em todos os níveis; na maioria, entretanto, a caminhada recém-iniciou. A tendência, porém, é irreversível e fortalece-se à medida em que as políticas de inserção da mulher apresentam resultados amplamente satisfatórios.

Palestras, trabalhos em grupo e debates marcaram o encontro. A psicóloga e especialista em recursos humanos Carla Limongi falou sobre o tema "O valor de ser Mulher" e o médico veterinário, conferencista e conselheiro da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul Lauro Luiz Chielle enfocou "Cooperativismo, liderança, auto-estima e motivação".

O evento foi patrocinado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/SC) e será reeditado anualmente, sempre em Florianópolis.



Jovens cooperativistas também ganharam atenção no novo milênio

A diversidade era outra bandeira que ganhava força a cada dia. Com apoio do SESCOOP, foi realizado o 1º Encontro de Mulheres Cooperativistas, com mais de 250 participantes, iniciativa que se repetiria anualmente. A primeira edição do Encontro de Jovens Agricultores Cooperativistas Catarinenses reuniu mais de 700 jovens, iniciativa relevante para combater o êxodo rural e apresentar perspectivas para os filhos dos associados das cooperativas.

Neivor Canton foi eleito para a presidência da OCESC em 2004. A profissionalização da gestão, a formação de redes de intercooperação, a educação cooperativista e a responsabilidade social das cooperativas foram as quatro macro-tendências transformadas em metas no período 2004-2008.

Reconhecimento pela qualidade

Em setembro de 2004, mais uma leva de cooperativas catarinenses que não atuavam dentro dos princípios adequados foi identificada por meio de auditorias e excluídas do sistema. No ano seguinte, a OCESC lançou o Certificado de Autogestão do Cooperativismo Catarinense, um selo para certificar as cooperativas que cumpriam as normas e os requisitos característicos do cooperativismo nos aspectos sociais, doutrinários e legais. A concessão do selo considerava a organização do quadro social, a profissionalização da gestão e as ações de intercooperação, entre vários outros fatores. Foram criados indicadores de avaliação de todos esses aspectos e definidos os procedimentos para fixação e alcance das metas desejadas.

A qualificação de recursos humanos para atuar nas cooperativas daria outro importante passo em 2006, com o lançamento de um curso superior em cooperativismo. Em parceria com a Universidade do Sul

*Evento promovido
pela OCESC reuniu
diferentes ramos
do cooperativismo
catarinense*



de Santa Catarina (Unisul), a OCESC elaborou o primeiro curso de Administração do estado com ênfase em cooperativismo. Com duração de quatro anos, em sistema misto – presencial e remoto –, o curso oferecia, já no lançamento, 300 vagas para todas as regiões do estado. A grade curricular incluía doutrina, filosofia e princípios cooperativistas, legislação tributária, aspectos jurídicos e contabilidade, além de uma abordagem ampla em relação às particularidades de cada ramo.

No ano seguinte a OCESC, em parceria com a Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina (Sicoob Central SC), a Cooperativa Central de Crédito Urbano de Santa Catarina (Cecred) e a Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia da Universidade de São Paulo (Fundace/USP-SP), formou 39 profissionais no primeiro MBA em Gestão de Cooperativismo de Crédito do estado.

As cooperativas catarinenses registravam um aumento considerável no número de mulheres no corpo de associados, e, também, nos cargos de direção e fiscalização. Essa foi uma das constatações do 5º Encontro Estadual de Mulheres Cooperativistas, promovido pela OCESC em outubro de 2006, reunindo cerca de 500 representantes de todo o estado. Naquele ano, 118 mulheres participaram do comando de cooperativas e outras 204 dos conselhos de fiscalização.

A partir de 2008, a OCESC, autorizada a atuar como sindicato patronal, começou a atender essa área para todas as categoriais profissionais que atuam em cooperativas. Embora já fosse autorizada para atuar também como sindicato das cooperativas havia mais de dez anos, até então a organização se limitava a discutir as relações de trabalho de apenas quatro categorias profissionais: engenheiros agrônomos, médicos veterinários, técnicos agrícolas e zootecnistas.

Com a mudança de 2008, passou a atender diversas categorias profissionais, orientando as cooperativas registradas quanto a procedimentos da área. Assim, as cooperativas passaram a contribuir para a OCESC e não mais para os diversos sindicatos que até então recebiam essa contribuição. Em contrapartida, a organização passou a prestar serviços jurídicos como legítima representante das cooperativas nas negociações dos acordos coletivos e dissídios trabalhistas que envolviam as cooperativas e seus funcionários.



*Neivor Canton
assumiu a
presidência da
OCESC em 2004*



Outra conquista, naquele mesmo ano de 2008, foi a aprovação, pela diretoria da Aneel, do modelo de contrato de permissão que formaliza a regularização das cooperativas de eletrificação rural como permissionárias do serviço público de distribuição.

*Primeira turma
graduada em
Administração
com ênfase em
cooperativismo*

Um milhão de famílias

No dia 25 de abril de 2008, foi eleito o novo Conselho de Administração da OCESC, para a gestão 2008-2012. Marcos Antônio Zordan assumiu a presidência. Entre as prioridades estavam o fortalecimento da intercooperação e o aumento da participação de famílias no cooperativismo, em especial dos jovens. Por meio do SESCOOP, a

OCESC reforçou o Cooperjovem e o Programa Jovem Liderança, por meio do qual jovens participavam de um curso com o objetivo de despertar novas lideranças cooperativistas.

O mundo mergulhou numa grande crise econômica no segundo semestre de 2008. Em Santa Catarina, o quadro foi agravado pelas fortes chuvas que caíram sobre o estado no final de novembro, deixando centenas de mortos, milhares de desabrigados e um prejuízo estimado de quase R\$ 1 bilhão.

Em meio a tantos desafios, a OCESC trabalhava para minimizar os efeitos da crise sobre as cooperativas. Era preciso prepará-las para driblar a escassez de crédito e a desaceleração da demanda. As cooperativas agropecuárias sofreram maior impacto, pois as políticas públicas e os recursos destinados ao financiamento desse segmento já eram insuficientes mesmo antes da turbulência econômica.

Para se antecipar a um possível agravamento do cenário, as organizações cooperativistas atuaram em três frentes junto ao governo federal: a articulação para ver aprovados projetos considerados importantes, como a proposta que regulamenta as cooperativas de trabalho; a busca por linhas de créditos alternativas para sustentar o capital de giro dos associados; e a negociação com o Ministério da Fazenda para conseguir a compensação dos créditos tributários do setor.

O mercado financeiro no Brasil teve uma recuperação surpreendente em 2009, e o dólar voltou a patamares pré-crise. Em dezembro, o país já estava tecnicamente fora da recessão. E foi saindo da crise que o cooperativismo catarinense ultrapassou, em 2009, a marca de um milhão de famílias associadas – o que significava que um terço da população catarinense estava vinculada ao movimento. Juntas, as 257 sociedades cooperativas de Santa Catarina faturaram naquele ano R\$ 11,3 bilhões e apresentavam patrimônio líquido 15% superior ao registrado em 2008, equivalendo a R\$ 2,8 bilhões.

Embalada pelos bons resultados do cooperativismo catarinense, a OCESC levou adiante o projeto de construir uma nova sede, inaugurada em 2011 – evento que marcou a celebração dos 40 anos da organização. Com quatro pavimentos, o prédio ocupa um terreno de 1,1 mil m² no bairro Capoeiras, em Florianópolis.

*Marcos Antônio
Zordan, presidente
da OCESC de
2008 a 2016*



Autogestão: cooperativas fazem intercâmbio para conhecer o cooperativismo no mundo

A partir de 1988, quando as cooperativas ganharam liberdade para realizar a autogestão sem a interferência do Governo Federal, foi preciso buscar fontes de aprendizado. Multiplicaram-se as missões internacionais das cooperativas catarinenses, com o propósito de buscar inspiração para aperfeiçoar a gestão e implantar novas ideias e tecnologias. Essa prática seria mantida com ênfase ao longo das décadas seguintes, resultando numa contribuição decisiva para a profissionalização do sistema cooperativo catarinense. Entre 1991 e 2014, foram realizadas várias viagens para os cinco continentes. Ao longo de todo esse período, consolidou-se a visão de que as cooperativas estão num mercado de consumo competitivo e globalizado.





Em sentido horário, a partir da imagem no alto desta página: Espanha, China, Rússia e Uruguai – cooperativismo catarinense em busca de conhecimentos ao redor do planeta



Um mundo em transformação

Consolidada como porto seguro para assessorar as cooperativas catarinenses, a OCESC vem cumprindo um papel fundamental no amadurecimento da prática de autogestão entre as instituições registradas, reflexo direto do exercício cotidiano da democracia – um dos princípios basilares do cooperativismo. Mesmo com a crise decorrente da pandemia de covid-19, o cooperativismo catarinense iniciou a nova década em patamares excelentes de crescimento, demonstração de que o setor vai lidando bem com um mundo em rápida transformação.



Com uma série de atividades para a população, o Dia de Cooperar foi incluído no calendário oficial de eventos de Santa Catarina





*Assembleia Geral
de 2016 marcou
a transição da
gestão Zordan para
a gestão Suzin*

A aprovação da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo (PEAC), por meio da Lei nº 16.834/2015, representou um passo relevante para fortalecer as cooperativas catarinenses e ampliar seu protagonismo social e econômico. Em linhas gerais, a lei incumbe os órgãos e as entidades da administração direta e indireta do estado a participar, cada um dentro de suas respectivas competências, de ações integradas de apoio ao cooperativismo.

Uma das inovações trazidas pela lei foi a criação do Conselho Estadual do Cooperativismo (Cecoop), presidido por representante da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. Cabe ao conselho fornecer subsídios às políticas públicas a serem adotadas pelo governo catarinense em apoio ao cooperativismo. Entre as suas atribuições estão a



coordenação de estratégias, o acompanhamento da proposta orçamentária do estado e o estabelecimento de convênios com instituições públicas ou privadas para a execução de projetos de desenvolvimento do sistema cooperativista. Na prática, o Cecoop funciona com um canal de contato direto entre as cooperativas catarinenses e o governo estadual.

Nova diretoria foi eleita para a OCESC em abril de 2016, depois de oito anos de Marcos Antônio Zordan à frente da organização. Luiz Vicente Suzin, ex-presidente da Fecoagro e presidente das cooperativas Coopervil e Sicoob de Videira, iniciou o mandato de quatro anos. Ele já participava havia muitos anos do Conselho de Administração da OCESC – ou seja, vinha acompanhando de perto as decisões, os planos e os programas da instituição.

*Inauguração da
galeria de
ex-presidentes:
reconhecimento
ao trabalho
fundamental de
cada um deles*



*Luiz Vicente
Suzin, eleito para
a presidência em
2016, já participava
do Conselho de
Administração
da OCESC*

Ao final daquele mesmo ano, a OCESC inaugurou sua galeria de ex-presidentes, no *hall* de entrada da sede. Sete ex-presidentes compareceram à cerimônia, além de representantes de dois homenageados já falecidos – o primeiro presidente, Irineu Manke, foi representado pela esposa, Anne Lore Manke, enquanto Aury Luiz Bodanese foi representado pelo neto, Pedro Henrique Bodanese Toledo.

Desenvolvimento sustentável

Em 2017, projetando o crescimento contínuo da instituição, a OCESC adquiriu o terreno ao lado da sede, em Florianópolis, garantia de que haverá espaço para a expansão física. É um símbolo de que, impulsionadas pela grande capacidade de adaptação demonstrada ao longo de suas trajetórias, as cooperativas catarinenses vêm lidando bem com um mundo em rápida transformação. Exemplo dessa postura é o crescente uso de novas tecnologias, especialmente a tendência de automação e robotização – sem relegar a segundo plano, entretanto, aquilo que sempre caracterizou e continuará caracterizando o cooperativismo: a essência humana. Afinal, estamos falando de um modelo capaz de unir as pessoas, aperfeiçoar o trabalho e valorizar

os talentos e o esforço de cada um para o sucesso individual e o crescimento coletivo.

Com o objetivo de capacitar os cooperados para esses novos tempos, o SESCOOP/SC realiza investimentos permanentes em treinamento, qualificação e requalificação. Suas ações são essenciais para manter o estado – com sua grande parcela de cidadãos cooperados – na vanguarda do cooperativismo brasileiro. Bem estruturado em equipamentos, materiais e pessoal, o SESCOOP atua nas áreas de formação profissional, promoção social e monitoramento.

Em 2019, o cooperativismo brasileiro ganhou um patrono oficial, o padre Theodor Amstad. Trata-se do reconhecimento ao trabalho realizado por Amstad pelo cooperativismo no Brasil. Como vimos no início deste livro, ele fundou a primeira cooperativa de crédito do país, em 1902, em Nova Petrópolis (RS). Em Santa Catarina, foi o principal responsável pela criação, em 1932, no atual município de Itapiranga (à época chamado Porto Novo), da primeira cooperativa de crédito no estado, a Sociedade Cooperativa de Crédito Rural e Responsabilidade Ilimitada Caixa Rural União Popular de Porto Novo.

*Aquisição do terreno
ao lado da sede, em
2017, assegurou
espaço para futuras
ampliações*



*Mobilização pela
saúde durante a
edição de 2017 do
Dia de Cooperar,
em Florianópolis*

Amstad nasceu em 1851, na Suíça. Cruzou o oceano rumo ao Brasil em 1885, aos 34 anos, iniciando um trabalho de assistência econômica, social e cultural aos colonos europeus no Sul do país. A fundação de cooperativas e associações fez parte dessa missão, tornando-o um personagem importante para a construção do cooperativismo no país. O padre percorreu mais de 100 mil quilômetros, montado em uma mula, para levar seu conhecimento e seu apoio às comunidades do interior. Ele morreu no dia 7 de novembro de 1938, na cidade de São Leopoldo (RS).





Impulso à diversidade

A crescente participação das mulheres e dos jovens no cooperativismo catarinense é resultado de um grande esforço para ampliar a diversidade. Em 2020, 16% dos associados das cooperativas catarinenses tinham menos de 25 anos e as mulheres já representavam 40% do total de associados. Esse índice era de 8% em 2005 – ou seja, foi multiplicado por cinco em apenas 15 anos. A presença feminina no cooperativismo ganhou nova dimensão também em âmbito global com a escolha consecutiva de duas mulheres para a presidência da Aliança Cooperativa Internacional (ACI): a maltesa Pauline Green, em 2009, e a canadense Monique Leroux, em 2015.

Criar oportunidades para trocas de experiências e confraternização é outra frente importante de atuação da OCESC junto às coo-

*Coletiva de imprensa
para divulgar
o Balanço do
Cooperativismo, em
2018: transparência
é marca da OCESC*

perativas registradas. Um símbolo disso são os jogos cooperativistas catarinenses, Integracoop, anteriormente chamados de Fecoop. A 27ª edição do evento foi realizada em 2019, em Blumenau.

O cooperativismo chegou a 2020 como uma grande força da economia global. Além de reunir 1,2 bilhão de cooperados (um a cada sete habitantes do planeta) e de empregar 280 milhões de pessoas (quase 10% do total dos postos de trabalho existentes), o modelo é responsável por parte significativa do Produto Interno Bruto (PIB) de diversas nações. Se somarmos o faturamento das 300 maiores cooperativas do mundo, chegamos à cifra de US\$ 2 trilhões, valor que corresponde a 2,5% do PIB mundial.

No Brasil, se considerarmos o número de cooperados, de empregados de cooperativas e os familiares de ambas as categorias, além do *pool* de fornecedores, chegamos a 25% da população diretamente ligada ao cooperativismo. São quase 7 mil cooperativas, reunindo 14,6 milhões de cooperados e 425 mil empregados. Um dos destaques do cooperativismo nacional, Santa Catarina tem 249 cooperativas registradas na OCESC, com 2,7 milhões de associados e geração de 67,5 mil empregos diretos.

Força que se renova

Toda essa pujança se viu diante de uma grande crise a partir de março de 2020: a chegada ao Brasil da pandemia de covid-19. Em sintonia com um dos sete princípios do cooperativismo, “Interesse pela Comunidade”, o cenário reforçou o compromisso social do sistema. As cooperativas catarinenses mobilizaram-se de forma exemplar para enfrentar a pan-



Encontros JovemCoop em 2019 (acima) e 2018 (ao lado): incentivo ao futuro do cooperativismo





*Integracoop 2019,
em Blumenau:
27ª edição dos jogos
cooperativistas
catarinenses*



demia, criando estratégias eficazes para proteger a saúde dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, assegurar a manutenção das atividades econômicas, fator essencial para preservar o abastecimento da população.

Em julho de 2020, Luiz Vicente Suzin foi reeleito para novo mandato de quatro anos à frente da OCESC, com dois grandes objetivos: defender os interesses das cooperativas catarinenses e apoiá-las pa-



Suzin foi reeleito em 2020 para novo mandato como presidente da OCESC

ra que continuem se desenvolvendo com sustentabilidade. Tudo isso passa, é claro, pelo desafio de readequar as atividades ao período pós-pandemia. “Apesar do impacto negativo na economia, precisamos olhar para os aprendizados, como a necessidade de investimentos em tecnologias e inovações, para que o trabalho continue mesmo com adversidades climáticas ou sanitárias”, disse Suzin ao tomar posse do segundo mandato.

Divisão em sete ramos

Em 2019, a OCB reorganizou os ramos do cooperativismo, concentrando os 13 anteriores em apenas sete. Para aprimorar o poder de representação e oferecer atendimento ainda mais eficaz e estruturado às cooperativas, alguns ramos se fundiram e outros foram ressignificados. A decisão foi precedida pela análise de um grupo de trabalho constituído por representantes de todas as regiões do país, que estudou critérios elegíveis para aglutinação, a exemplo de legislação própria, regulação específica e impactos tributários.

Os sete ramos do cooperativismo brasileiro passaram a ser:



AGROPECUÁRIO

O ramo Agropecuário reúne cooperativas relacionadas às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira. O papel da cooperativa é receber, comercializar, armazenar e industrializar a produção dos cooperados. Além, é claro, de oferecer assistência técnica, educacional e social. Hoje, segundo o IBGE, 48% de tudo que é produzido no campo brasileiro passa, de alguma forma, por uma cooperativa.



CONSUMO

Este ramo é composto por cooperativas que realizam compra em comum, tanto de produtos quanto de serviços, para seus cooperados (supermercados, farmácias). Engloba, também, as cooperativas formadas por pais para contratação de serviços educacionais e também aquelas de consumo de serviços turísticos. A principal alteração deste ramo foi a inclusão dos antigos Educacional e Turismo e Lazer.



CRÉDITO

O negócio, aqui, é promover a poupança e oferecer soluções financeiras adequadas às necessidades de cada cooperado. Sempre a preço justo e em condições vantajosas para os associados. Afinal, o foco do cooperativismo de crédito são as pessoas, não o lucro.



INFRAESTRUTURA

Formado por cooperativas que fornecem serviços essenciais para seus associados, como energia e telefonia, por exemplo. Seja repassando a energia de concessionárias ou gerando a sua própria, esses empreendimentos garantem o acesso dos cooperados a condições fundamentais para seu desenvolvimento. A principal alteração neste ramo foi a incorporação do antigo ramo Habitacional. Com isso, passa a incluir, também, as cooperativas de construção de imóveis para moradia.



SAÚDE

O Brasil é referência neste ramo. Além de sermos pioneiros no setor, somos o país com maior número de cooperativas dedicadas à preservação e à promoção da saúde humana. O segmento surgiu no Brasil e se expandiu para outros países. Com a modernização, o novo ramo Saúde reúne cooperativas formadas por médicos, odontólogos e outros profissionais ligados à área de saúde humana, enquadrados no CNAE 865, e também as cooperativas de usuários que se reúnem para constituir um plano de saúde, pois são consideradas operadoras.



TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Aqui está a maior das mudanças no processo de modernização. Esta é a nova denominação do antigo ramo Trabalho. A partir de agora, esse novo ramo engloba as cooperativas que prestam serviços especializados a terceiros ou que produzem bens, tais como beneficiamento de material reciclável e artesanatos, por exemplo. Ele reúne todas as cooperativas de professores e dos antigos ramos: Produção Mineral, parte do Turismo e Lazer e, por fim, Especial.

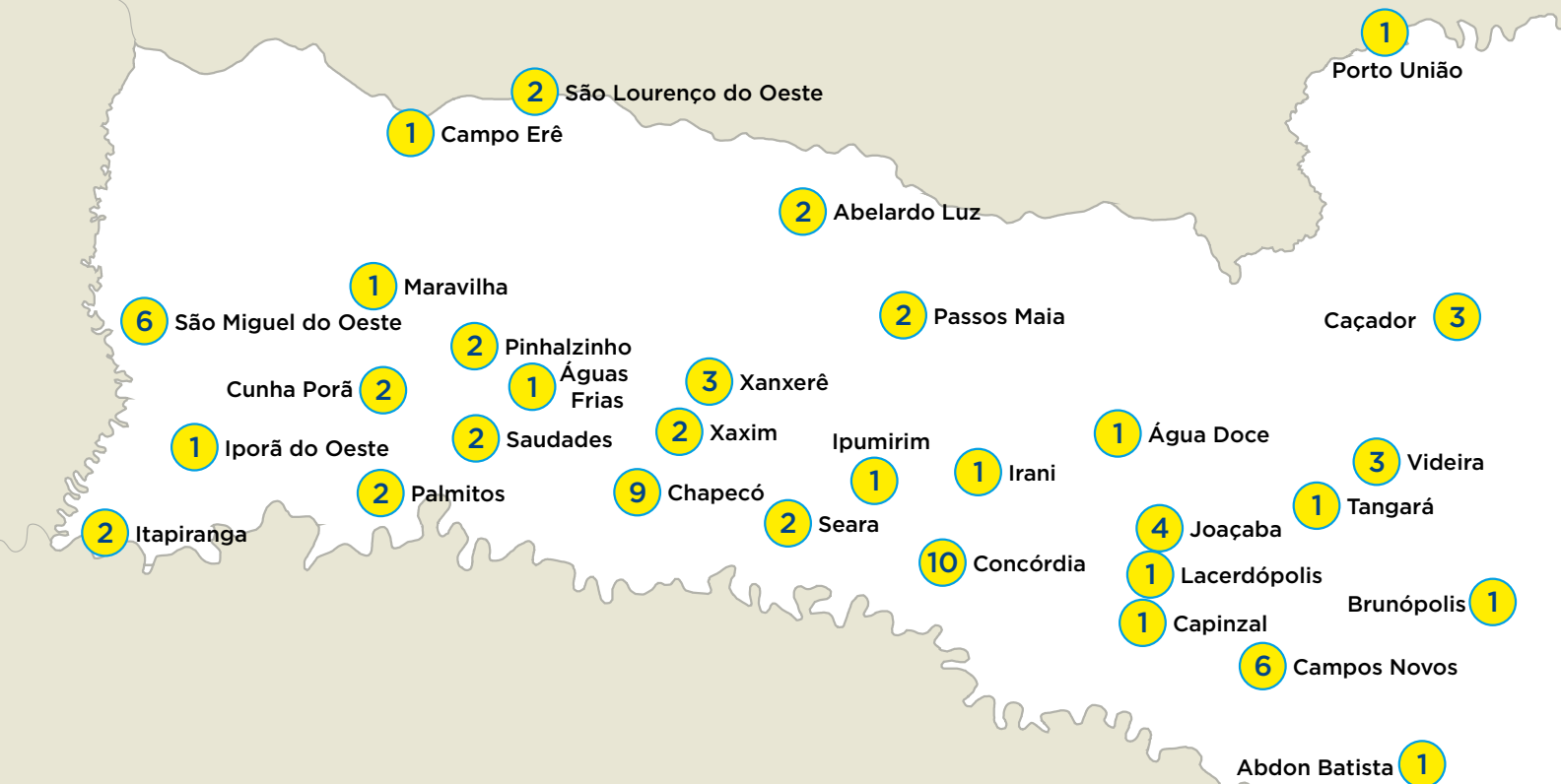


TRANSPORTE

É formado por cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros. Essas cooperativas têm gestões específicas para cada uma de suas modalidades: transporte individual (táxi e mototáxi), transporte coletivo (vans, micro-ônibus e ônibus), transporte de cargas ou motofrete e transporte escolar. A nomenclatura do ramo permanece a mesma, mas alterações significativas foram definidas.

COOPERATIVAS REGISTRADAS NA OCESC

NÚMEROS DE COOPERATIVAS POR CIDADE-SEDE



POR RAMO

Agropecuário	45
Consumo	16
Crédito	62
Infraestrutura	39
Saúde	31
Trabalho, Produção de Bens e Serviços	13
Transporte	43
TOTAL	249

RS



COOPERATIVAS REGISTRADAS NA OCESC

Fundação, nome e cidade-sede (data de referência: 28/05/2021)

RAMO: Agropecuário

20/12/1964 Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense - COOPERSULCA (Turvo)
05/08/1967 Cooperativa Agropecuária de Tubarão - COPAGRO (Tubarão)
05/09/1967 Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia - COPÉRDIA (Concórdia)
29/10/1967 Cooperativa Agroindustrial Alfa - COOPERALFA (Chapecó)
08/11/1967 Cooperativa Agropecuária Videirense - COOPERVIL (Videira)
03/02/1968 Cooperativa Regional Auriverde - AURIVERDE (Cunha Porã)
30/03/1968 Cooperativa Juriti - COOPERJURITI (Massaranduba)
15/04/1969 Cooperativa Central Aurora Alimentos - AURORA ALIMENTOS (Chapecó)
26/04/1969 Cooperativa Regional Itaipu - COOPERITAIPU (Pinhalzinho)
30/08/1969 Cooperativa Agroindustrial Cooperja - COOPERJA (Jacinto Machado)
08/11/1970 Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos - COPERCAMPOS (Campos Novos)
15/05/1971 Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí - CRAVIL (Rio do Sul)
25/07/1975 Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina - FECOAGRO (Florianópolis)
14/02/1977 Cooperativa Regional Agropecuária Serrana - COOPERSERRA (São Joaquim)
06/06/1978 Cooperativa Agropecuária São Lourenço - CASLO (São Lourenço do Oeste)
03/07/1981 Cooperativa Agropecuária de Lacerdópolis - COOLACER (Lacerdópolis)
21/01/1993 Cooperativa Agropecuária Camponovense - COOCAM (Campos Novos)
13/11/1993 Cooperativa Agropecuária do Planalto Serrano - COOPERPLAN (Lages)
30/05/1994 Cooperativa dos Produtores de Leite do Alto Vale do Rio Chapecozinho Ltda. - COPLAVAL (Passos Maia)
06/03/1996 Sociedade Cooperativa União Agrícola Canoinhas - COOPERAGRO (Canoinhas)
28/10/1996 Cooperativa Central Agromilk - AGROMILK (Concórdia)
29/11/1996 Cooperativa Agrícola de São Joaquim - SANJO (São Joaquim)
07/03/1998 Cooperativa Agroindustrial de Erva-Mate e Ervas Medicinais - COTREVALE (Ipumirim)
23/04/1998 Cooperativa Agrícola Frutas de Ouro - FRUTAS DE OURO (São Joaquim)
01/10/1999 Cooperativa A1 - COOPER A1 (Palmitos)
11/12/2000 Cooperfertil Cooperativa Agrícola - COOPERFÉRTIL (Abelardo Luz)
17/03/2001 Coperáguas Cooperativa Agroindustrial - COPERÁGUAS (Águas Frias)
20/02/2002 Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Hortifrutigranjeiros - COOPER H.F. (Caçador)
25/07/2002 Cooperativa Agropecuária das Comunidades Rurais Organizadas - COOPERCRO (Lages)
13/02/2003 Cooperativa Agrícola Catarinense de Cereais - COACCER (Campos Novos)
20/03/2003 Cooperativa Agrícola Santafé - COOPERSANTAFÉ (Xanxerê)
20/11/2003 Cooperativa Mista Agrícola de Piscicultores - COOMAPEIXE (Timbó)
15/05/2004 Cooperativa Agropecuária Nova Força - COOPERNOVA (Forquilha)
15/12/2005 Cooperativa Agropecuária do Alto Uruguai Catarinense - COOPER AMAUC (Concórdia)
01/04/2006 Cooperativa da Agricultura Familiar Rio Novo - COOPER RIO NOVO (Corupá)
02/04/2009 Cooperativa da Agricultura Familiar de Itapiranga - COOAFI (Itapiranga)
12/10/2010 Cooperativa Agropecuária do Celeiro Catarinense - COPERACEL (Campos Novos)
20/04/2011 Cooperdaluz Cooperativa Agroindustrial - COOPERDALUZ (Abelardo Luz)
20/10/2011 Cooperativa dos Agricultores Familiares de Massaranduba - COOPERBAM (Massaranduba)
19/01/2012 Cooperativa Múltipla de Agricultura e Pecuária - COPERMAP (Brunópolis)

04/05/2012 Cooperativa Central Brasileira de Arroz - BRAZIL RICE (Imbituba)
 10/07/2013 Cooperativa de Produtores de Leite Agroindústria Familiar Rural - COOPERCOLMEIA (Meleiro)
 13/02/2014 Cooperativa Agroindustrial dos Suinocultores Catarinenses - COASC (Concórdia)
 25/11/2014 Cooperativa dos Produtores de Leite e Agricultores do Sul de Santa Catarina - COOPERLEITE-SUL (Araranguá)
 25/04/2016 Cooperativa de Carnes Nobres e Novilhos Precoces da Serra Catarinense - COOPERTROPAS (Lages)

RAMO: Consumo

16/03/1944 Cooperativa de Produção e Abastecimento do Vale do Itajaí - COOPER (Blumenau)
 30/04/1964 Cooperativa de Consumo dos Operários da Região Carbonífera - COOPERCA (Siderópolis)
 12/04/1969 Cooperativa Escola dos Alunos do Colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira - COOPERCASGO (Araquari)
 06/12/1983 Cooperativa Escola Jovens Estudantes - CEJEL (Água Doce)
 06/12/1983 Cooperativa Escola dos Alunos do CEDUP Vidal Ramos - COOPESA (Canoinhas)
 15/12/1983 Coop. Escola dos Alunos do Centro de Educ. Profissional Caetano Costa - COOPERCOSTA (São José do Cerrito)
 01/04/1985 Cooperativa de Consumo dos Empregados na Coopercentral - UNICOOPER SUPERMERCADOS (Chapecó)
 03/06/1989 Cooperativa dos Alunos do Centro de Educação Profissional Hermann Hering - COOPERHERMANN (Blumenau)
 03/06/1989 Cooperativa Escola dos Alunos do CEDUP Dário Geraldo Salles - COOPERSALLES (Joinville)
 13/06/1989 Cooperativa do Centro de Educação Profissional Abílio Paulo - COOPERCEDUP (Criciúma)
 19/11/1997 Usimed de Tubarão Cooperativa de Usuários de Assistência em Saúde - USIMED DE TUBARÃO (Tubarão)
 22/11/2000 Coop. dos Estudantes do Centro de Educ. Profissional Getúlio Vargas - COOPERVARGAS (São Miguel do Oeste)
 26/06/2001 Cooperativa Escola do Centro de Educação Profissional Campo Erê - COECEL (Campo Erê)
 17/10/2007 Cooperativa de Consumo do Ramo de Transporte de Concórdia - DESTRA LOGÍSTICA (Concórdia)
 02/06/2014 Cooperativa Agropecuária Coopasui - COOPASUI (Seara)
 01/10/2016 Cooperativa Sustentável de Energias Renováveis - COOPER SUSTENTÁVEL (Itapema)

RAMO: Crédito

21/10/1932 Coop. de Crédito de Livre Admissão de Associados Itapiranga - SICOOB CREDITAPIRANGA (Itapiranga)
 26/11/1951 Cooperativa de Crédito Vale do Itajaí - VIACREDI (Blumenau)
 08/11/1984 Coop. de Créd. de Livre Admissão de Assoc. do Alto Uruguai Catarinense - SICOOB CREDIAUC/SC (Concórdia)
 16/11/1984 Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados - SICOOB MAXICREDITO (Chapecó)
 22/11/1984 Coop. de Créd. de Livre Admissão de Assoc. do Vale do Canoinhas - SICOOB CREDICANOAINHAS (Canoinhas)
 28/12/1984 Coop. de Crédito de Livre Admissão de Associados Campos Novos - SICOOB CAMPOS NOVOS (Campos Novos)
 16/01/1985 Coop. de Crédito de Livre Admissão de Associados Vale do Rio do Peixe - SICOOB CREDIRIO SC (Joaçaba)
 01/02/1985 Coop. de Crédito de Livre Admissão de Associados Oeste Catarinense - SICOOB OESTECREDI (Palmitos)
 08/08/1985 Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Auriverde - SICOOB CREDIAL (Cunha Porã)
 08/11/1985 Coop. Central de Crédito de Santa Catarina e Rio Grande do Sul - SICOOB CENTRAL SC/RS (Florianópolis)
 01/03/1986 Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Sul Catarinense - SICOOB CREDISULCA (Turvo)
 27/03/1986 Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Itaipu - SICOOB CREDITAIPU (Pinhalzinho)
 21/07/1987 Cooperativa de Crédito do Vale Europeu - SICOOB EURO VALE (Timbó)
 01/07/1988 Cooperativa de Crédito Alto Vale do Itajaí - SICOOB ALTO VALE (Rio do Sul)
 05/07/1988 Coop. de Crédito de Livre Admissão de Associados do Meio Oeste Catarinense - SICOOB CREDIMOC (Xanxerê)
 19/07/1988 Cooperativa de Crédito do Norte Catarinense e Sul Paranaense - SICOOB CREDINORTE (Mafra)
 04/08/1988 Cooperativa de Crédito Original - SICOOB ORIGINAL (São Lourenço do Oeste)
 26/10/1988 Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Vinho - SICOOB VALE DO VINHO (Videira)
 25/07/1989 Coop. de Créd. de Livre Adm. de Assoc. S. Miguel do Oeste - SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS (São Miguel do Oeste)

09/01/1992 Cooperativa de Crédito Litorânea - SICOOB CREDIJA (Jacinto Machado)

05/05/1993 Cooperativa de Crédito Unicred Vale Europeu Santa Catarina Ltda. - UNICRED VALE EUROPEU (Blumenau)

05/05/1993 Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale - SICOOB CREDIVALE (Braço do Norte)

12/08/1993 Cooperativa de Crédito Unicred União Ltda. - UNICRED UNIÃO (Itajaí)

25/10/1993 Cooperativa de Crédito Unicred Valor Capital Ltda. - UNICRED VALOR CAPITAL (Florianópolis)

17/12/1993 Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Caçador - SICOOB CAÇADOR (Caçador)

20/01/1994 Cooperativa de Crédito Unicred Centro-Sul Ltda. - UNICRED CENTRO-SUL (Criciúma)

07/12/1994 Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados - SICOOB CREDICARU SC/RS (São José do Cerrito)

09/12/1994 Cooperativa de Crédito Vale do Canoas - SICOOB/SC - CANOAS (Abdon Batista)

28/12/1994 Coop. Central de Econ. e Créd. Mútuo das Unicred's de SC e PR Ltda. - UNICRED CENTRAL SC/PR (Florianópolis)

05/06/1995 Cooperativa de Crédito Unicred Desbravadora Ltda. - UNICRED DESBRAVADORA (Chapecó)

18/05/1996 Coop. de Créd. de Livre Admissão de Assoc. do Planalto Catarinense - SICOOB CREDIPLANALTO (Papanduva)

15/11/1996 Coop. de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Serrano - SICOOB CREDISERRA (Urupema)

20/03/1997 Cooperativa de Crédito da Grande Florianópolis - ÚNILOS (Florianópolis)

22/03/1997 Coop. de Créd. de Livre Admissão de Assoc. Vale do Chapecozinho - SICOOB VALCREDI SUL (Passos Maia)

12/11/1997 Cooperativa de Crédito de Rio Rufino - SICOOB CREDIUNIÃO (Rio Rufino)

06/12/1997 Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Urubici - SICOOB CREDIARAUCARIA/SC (Urubici)

09/12/1997 Coop. de Créd., Poupança e Invest. do Norte e Nordeste de Santa Catarina - SICREDI NORTE SC (Joinville)

25/03/1998 Cooperativa de Crédito do Planalto Sul - SICOOB CREDISSERRANA (Lages)

15/05/1998 Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Nova Trento - SICOOB TRENTOCREDI (Nova Trento)

10/09/1998 Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí e Vale Itapocu - SICOOB MULTICREDI (Blumenau)

13/07/1999 Coop. de Crédito, Poupança e Investimentos do Sul do Estado de Santa Catarina - SICREDI SUL SC (Criciúma)

16/07/1999 Cooperativa de Crédito Nossa Senhora do Desterro - SICOOB CREDISC (Florianópolis)

19/07/1999 Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul Catarinense - ACENTRA (Criciúma)

19/07/1999 Cooperativa de Crédito do Norte Catarinense - ACREDICOOP (Joinville)

06/11/1999 Cooperativa de Crédito Unicred Coomarca Ltda. - COOMARCA (Florianópolis)

18/08/2000 Cooperativa de Crédito de Empresários Sicoob Transcredi - SICOOB TRANSCREDI (Concórdia)

12/10/2000 Cooperativa de Crédito Mútuo dos Despachantes de Trânsito de SC e RS - SICOOB CREDITRAN (Florianópolis)

19/12/2000 Coop. de Economia e Crédito Mútuo dos Militares Estaduais de Santa Catarina - CREDPOM (Florianópolis)

13/07/2001 Cooperativa de Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina - SICOOB ADVOCACIA (Florianópolis)

13/09/2002 Cooperativa Central de Crédito - AILOS (Blumenau)

18/12/2002 Cooperativa de Crédito dos Profissionais dos Creas e Demais Áreas Tecnológicas - CREDCREA (Florianópolis)

16/03/2006 Cooperativa de Crédito dos Empresários de Transportes do Sul do Brasil - TRANSPOCRED (Florianópolis)

30/05/2006 Coop. de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Centrais Elétricas de SC - CREDELESC (Florianópolis)

31/05/2006 Cooperativa de Crédito Rural de São Miguel do Oeste - SULCREDI SÃO MIGUEL (São Miguel do Oeste)

08/01/2008 Cooperativa de Crédito da Foz do Rio Itajaí-Açu - CREDIFOZ (Itajaí)

15/01/2008 Cooperativa de Crédito da Serra Catarinense - CREDICOMIN (Lages)

12/02/2008 Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Brasil - CREVISC (Guaramirim)

25/02/2008 Cooperativa de Crédito da Região do Contestado - CIVIA (São Bento do Sul)

14/05/2008 Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí e Litoral Catarinense - SICREDI VALE LITORAL SC (Itapema)

06/08/2008 Conf. Nac. das Coop. Centrais de Créd. e Econ. Familiar e Solidária - CRESOL CONFEDERAÇÃO (Florianópolis)

24/11/2009 Coop. de Créd. de Livre Admissão de Assoc. de Jaraguá do Sul e Região - SICOOB CEJASCRED (Jaraguá do Sul)

12/02/2012 Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Alto Vale do Itajaí - VIACREDI ALTO VALE (Ibirama)

RAMO: Infraestrutura

27/01/1959 Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA (Forquilha)

17/06/1959 Cooperativa de Geração de Energia Elétrica Salto Donner - CERSAD GERADORA (Doutor Pedrinho)

07/02/1960 Cooperativa Geradora de Energia Elétrica e Desenvolvimento Santa Maria - CEESAM (Benedito Novo)

20/09/1961 Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado - CEJAMA (Jacinto Machado)

20/09/1961 Cooperativa de Distribuição de Energia - CERSUL (Turvo)

10/12/1961 Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural - COORSEL (Treze de Maio)

16/12/1961 Cooperativa de Eletricidade de Gravatal - CERGRAL (Gravatal)

17/12/1961 Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi - CERGAL (Tubarão)

02/02/1962 Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - CERBRANORTE (Braço do Norte)

02/02/1962 Cooperativa de Eletricidade de Grão Pará - CERGAPA (Grão Pará)

27/05/1962 Cooperativa de Energia Treviso - CERTREL (Treviso)

02/06/1963 Cooperativa de Eletricidade Praia Grande - CEPAG (Praia Grande)

09/08/1963 Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero - CEGERO (São Ludgero)

04/11/1963 Cooperativa Aliança - COOPERALIANÇA (Içara)

13/11/1963 Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL (Morro da Fumaça)

02/03/1964 Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL (Cocal do Sul)

21/06/1967 Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes - CERPALO (Paulo Lopes)

06/11/1967 Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica - COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO (Armazém)

01/01/1969 Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Anitápolis - CERAL (Anitápolis)

20/06/1970 Coop. de Prestação de Serviços Públicos de Distrib. de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior - CEREJ (Biguaçu)

04/05/1973 Cooperativa Eletrificação Lauro Müller - COOPERMILA (Lauro Müller)

25/11/1973 Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina - FECOERUSC (Florianópolis)

31/08/1974 Cooperativa de Infraestrutura e Desenvolvimento Vale do Araçá - CERAÇA (Saudades)

05/06/1982 Cooperativa dos Usuários da Barragem Sul Ltda. - COOPERBASUL (Ituporanga)

20/12/1982 Cooperativa Turvense de Irrigação - COOTIL (Turvo)

20/06/1983 Cooperativa de Irrigação de Meleiro - COOIMEL (Meleiro)

15/10/1994 Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado - COOIJAM (Jacinto Machado)

09/11/2007 Cooperativa Distribuidora de Energia Vale do Araçá - CERAÇA (Saudades)

15/02/2008 Cooperativa Habitacional Vale do Itajaí - COOHABIT (Blumenau)

18/07/2009 Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento - CEREJ/GD (Major Gercino)

24/07/2009 Cooperzem Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento - COOPERZEM GERAÇÃO (Armazém)

27/11/2009 Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Santa Maria - CODESAM (Benedito Novo)

19/12/2009 Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Salto Donner - CERSAD DISTRIBUIDORA (Doutor Pedrinho)

31/01/2011 Cooperativa Habitacional Canaã - COOPHABCANAÁ (Blumenau)

06/12/2011 Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento - CERSUL GERAÇÃO (Turvo)

20/12/2011 Cooperativa de Geração de Energia Elétrica e Desenvolvimento Anita Garibaldi - CERGAL-GD (Tubarão)

11/07/2015 Cooperativa de Construção de Edifícios Gaivotas Garden Beach - GAIVOTAS GARDEN BEACH (Florianópolis)

31/10/2015 Coop. de Constr. de Edif. Centrinho dos Ingleses - COOPERATIVA CENTRINHO DOS INGLESES (Florianópolis)

25/10/2016 Cooperativa Pioneira de Geração e Desenvolvimento Coopera - COOPERA (Forquilha)

RAMO: Saúde

30/08/1971 Cooperativa de Trabalho Médico - UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS (Florianópolis)
20/09/1971 Cooperativa de Trabalho Médico - UNIMED BLUMENAU (Blumenau)
21/09/1971 Cooperativa de Trabalho Médico - UNIMED JOINVILLE (Joinville)
03/04/1980 Uniodonto de Santa Catarina Cooperativa Odontológica - UNIODONTO (Blumenau)
05/10/1982 Unimed do Estado de Santa Catarina - Federação Estadual das Cooperativas Médicas - UNIMED SC (Joinville)
25/07/1985 Cooperativa de Trabalho Médico - UNIMED EXTREMO OESTE (São Miguel do Oeste)
07/03/1991 Cooperativa de Trabalho Médico da Região Carbonífera - UNIMED CRICIÚMA (Criciúma)
25/07/1991 Coop. de Trabalho Médico do Planalto Norte de Santa Catarina - UNIMED PLANALTO NORTE (São Bento do Sul)
22/11/1991 Cooperativa de Trabalho Médico da Região do Planalto Serrano - UNIMED LAGES (Lages)
14/12/1991 Unimed de Tubarão Cooperativa de Trabalho Médico - UNIMED TUBARÃO (Tubarão)
20/02/1992 Cooperativa de Trabalho Médico da Região Oeste Catarinense - UNIMED CHAPECÓ (Chapecó)
02/06/1992 Unimed Litoral Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - UNIMED LITORAL (Itajaí)
04/09/1994 Conf. de Federações de Cooperativas Unimed da Região Sul do Brasil - UNIMED MERCOSUL (Florianópolis)
30/11/1994 Cooperativa de Trabalho Médico - UNIMED ALTO VALE (Rio do Sul)
21/05/1996 Unimed Meio-Oeste Catarinense Cooperativa de Trabalho Médico - UNIMED JOAÇABA (Joaçaba)
02/10/1996 Cooperativa de Trabalho Médico - UNIMED BRUSQUE (Brusque)
18/10/1996 Cooperativa de Trabalho Médico da Região do Contestado - UNIMED CAÇADOR (Caçador)
28/06/1997 Cooperativa de Usuários de Assistência Médica - COOPERUSO-SAÚDE (Joinville)
14/11/1997 Uniodonto de Santa Catarina Cooperativa Administradora de Contratos - UNIODONTO-SC (Blumenau)
11/08/1998 Uniodonto Sul Catarinense Cooperativa Odontológica - UNIODONTO SUL CATARINENSE (Criciúma)
14/07/1999 Cooperativa de Trabalho Médico de Xanxerê e Região - UNIMED XANXERÊ (Xanxerê)
30/11/1999 Cooperativa de Trabalho Médico de Jaraguá do Sul - UNIMED JARAGUÁ (Jaraguá do Sul)
22/02/2000 Cooperativa de Trabalho Médico de Videira - UNIMED VIDEIRA (Videira)
23/02/2000 Cooperativa de Trabalho Médico de Concórdia e Região - UNIMED CONCÓRDIA (Concórdia)
28/02/2000 Cooperativa de Trabalho Médico de Mafra e Rio Negro - UNIMED MAFRA E RIO NEGRO (Mafra)
04/07/2000 Cooperativa de Trabalho Médico de Canoinhas - UNIMED CANOINHAS (Canoinhas)
10/07/2000 Cooperativa de Trabalho Médico de Curitiba - UNIMED CURITIBANOS (Curitiba)
01/09/2000 Cooperativa de Trabalho Médico do Vale do Iguaçu - UNIMED PORTO UNIÃO (Porto União)
12/02/2005 Federação das Coop. Odontológicas do Estado de Santa Catarina - UNIODONTO CATARINENSE (Blumenau)
28/01/2006 Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas de Santa Catarina - COOPANEST-SC (Florianópolis)
27/09/2014 Cooperativa de Serviços Administrativos e Operacionais - UNIMED CENTRAL SANTA CATARINA (Joinville)

RAMO: Trabalho, Produção de Bens e Serviços

27/02/1976 Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Itajaí Ltda. - CERVALE (Rio do Sul)
25/10/1994 Cooperativa Educacional de Imbituba Ltda. - COOPEIMB (Imbituba)
11/04/1995 Cooperativa de Trabalho dos Médicos Veterinários de Santa Catarina - UNIMEV/SC (Florianópolis)
01/12/1995 Cooperativa de Trabalho e Serviços Profissionais - COSERPRO (Chapecó)
09/12/1995 Coop. de Trab. dos Eng. Agrôn. e de Prof. em Desenvolv. Rural e Ambiental de SC - UNEAGRO (Florianópolis)
19/01/1996 Cooperativa de Trabalho de Serviços de Seguros - COOPSEG (Blumenau)
13/10/1996 Cooperativa de Trabalho na Prestação de Serviços Agropecuários e Ambientais - UNITAGRI (Camboriú)
02/01/1998 Cooperativa de Trabalho Magna - COLÉGIO CEM (Concórdia)
22/09/1998 Cooperativa de Exploração Mineral da Bacia do Rio Urussanga - COOPEMI (Morro da Fumaça)
11/11/1999 Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência - COEPAD (Florianópolis)
27/06/2003 Cooperativa de Produtores de Alimentos de Gov. Celso Ramos - COLIMAR (Governador Celso Ramos)
12/03/2005 Cooperativa de Trabalho Educacional de Professores e Especialistas - COOEPE (São José)
20/08/2015 Cooperativa de Trabalho dos Inspetores Independentes de Produtos de Origem Animal - CIIA (Criciúma)

RAMO: Transporte

30/06/1985 Cooperativa dos Transportadores de Joinville - COOPERCARGO (Joinville)

25/07/1992 Cooperativa dos Transportadores de Carga do Meio-Oeste Catarinense - COTRAMOL (Joaçaba)

10/03/1995 Cooperativa dos Transportadores Autônomos de Campos Novos - COTRACAN (Campos Novos)

16/04/1995 Cooperativa dos Barqueiros Autônomos da Costa da Lagoa - COOPERBARCO (Florianópolis)

20/06/1995 Cooperativa dos Transportadores do Vale - COOTRAVALE (Itajaí)

29/09/1995 Cooperativa dos Transportadores de Papel - COTRAPEL (Joaçaba)

03/03/1997 Coop. Aerotáxi dos Motoristas Prof. Prop. de Táxi do Aerop. Internacional Hercílio Luz - AEROTÁXI (Florianópolis)

06/06/1998 Cooperativa de Transporte Lauro Müller - COOPERTRAN (Lauro Müller)

11/09/1998 Coop. Mis. Transp. Tur. e Sim. Grande Florianópolis - COOMITRA (Florianópolis)

20/08/1999 Cooperativa de Transporte Especial, Fretamento e Turismo de Joinville - COOTREJ (Joinville)

11/12/2000 Cooperativa de Transportes Pínus - TRANSPINUS (Correia Pinto)

16/02/2001 Cooperativa de Taxistas do Aeroporto de Joinville - COOTAJ (Joinville)

12/05/2001 Cooperativa dos Transportadores de Cargas de Otacílio Costa - COOPEROC (Otacílio Costa)

07/06/2002 Cooperativa de Transportes e Terraplenagem da Região de Joinville - COOPERTTREJ (Joinville)

20/11/2002 Cooperativa Transportadores do Oeste - COTRAOESTE (Chapecó)

05/06/2003 Cooperativa de Transporte de Cargas em Geral - COTRACARG (São Francisco do Sul)

21/02/2004 Cooperativa Catarinense de Transportes de Cargas - COOCATRANS (Maravilha)

13/03/2004 Cooperativa de Transportes Irani - COTRIRANI (Irani)

17/03/2004 Cooperativa de Trabalho de Serviços e Entrega para o Comércio - AGUIACOOPEMOTOS (Florianópolis)

20/03/2004 Cooperativa dos Transportadores de Carga da Região de Tangará - COOTRATAN (Tangará)

30/03/2004 Coop. de Transp. Auton., Logística e Armazen. de Itajaí e Região - LOGCOOPER (Itajaí)

18/06/2005 Cooperativa dos Transportadores do Planalto Norte - COTRAPLAN (Canoinhas)

10/06/2006 Cooperativa de Transportes de Tubarão - CTT (Tubarão)

04/05/2008 Coop. de Transp. Autônomos, Logística e Armazenamento de Imbituba e Região - COOPERIMTRA (Imbituba)

13/12/2008 Cooperativa de Transporte e Logística de Itapoá - COOTRANLOG (Itapoá)

21/02/2009 Cooperativa de Transportes de Frios São Miguel - COTRAFRIOS (São Miguel do Oeste)

24/10/2009 Cooperativa de Transporte de Cargas de Seara - COOPERSEARA (Seara)

06/03/2010 Cooperativa de Transportes de Cargas de Blumenau - COOTRABLU (Blumenau)

10/05/2011 Cooperativa de Transporte de Cargas Portuárias e Terminais - COOTRAPORTER (São Francisco do Sul)

16/04/2012 Cooperativa dos Transportadores Rodoviários de Cargas de Capinzal - COOTRACAP LOGÍSTICA (Capinzal)

06/06/2012 Cooperativa Líder de Transportes Rodoviários - COOPERLIDER (Xaxim)

26/08/2013 Cooperativa de Transporte do Sul - COOTRANSUL (Tubarão)

27/09/2013 Cooperativa dos Transportadores Vale do Rio das Antas - COOPER VALE (São Miguel do Oeste)

01/11/2013 Cooperativa dos Transportadores de Santa Catarina - COOPERVESC (Blumenau)

28/07/2014 Cooperativa de Transportes de Cargas da Fronteira Sul - COOPERFRONTEIRASUL (Iporã do Oeste)

15/01/2015 Cooperativa de Pequenos Transportadores de Cargas de Concórdia - PETRACON (Concórdia)

04/04/2015 Cooperativa Transportadores do Sul - COOTRASUL (Xaxim)

19/03/2016 Cooperativa de Motoristas Autônomos de Transporte de Cargas de Santa Catarina - COOPERMASC (Itajaí)

27/06/2016 Coop. de Transp. Autônomos, Logística e Armazenamento de Navegantes e Região - COOTRANAV (Navegantes)

10/02/2017 Cooperativa Rede Sul de Logística - COOPERATIVA REDE SUL (Chapecó)

22/07/2017 Cooperativa de Transportadores Autônomos Organizados - COOPERTAO (Itajaí)

09/09/2017 Coop. de Transp. Autônomos de Contêineres e de Cargas em Geral de Itajaí e Região - CARGOCOOPER (Itajaí)

07/07/2019 Cooperativa de Transporte Rodoviário de Passageiros, Serviços e Tecnologia - BUSCOOP (São José)





OCESC

**Organização das Cooperativas
do Estado de Santa Catarina**

OCESC



ANOS

